

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS



RELATÓRIO DE GESTÃO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA DE PELOTAS

2008



NOTA EXPLICATIVA

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, conforme a Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, foi transformado no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. De acordo com a referida lei, a Instituição reger-se-á a partir de novas finalidades, objetivos e estrutura organizacional, definidas mediante a aprovação de proposta de estatuto a ser encaminhada ao Ministério Educação até 29/06/2009. Assim, considerando que praticamente todos os atos de gestão em 2008 ocorreram enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, este será o nome institucional utilizado para a redação do presente relatório.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

SECRETÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eliezer Moreira Pacheco

CONSELHO DIRETOR

Presidente

Antônio Carlos Barum Brod

Membros Titulares

Osvaldo Casares Pinto

Odeli Zanchet

Idílio Manoel Bréa Victória

Rogério Coelho Guimarães

André Vicente Nieto Hachkbar

Raul Teixeira de Mello Filho

Pedro Antônio Leivas Leite

Maria Helena Ferreira

Gilmar Tadeu Bazanella

Presidente Suplente

Janete Otte

Membros Suplentes

Marcos de Souza Barros

Jair Jonko Araújo

Nilton Roberto Pinheiro

Edelbert Krüger

Natália Isabel Malüe Vieira

Marlene Katrein da Costa

José Alfredo Laborda Knorr

Amilton Soares

Sérgio José Abreu Neves

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

DIRETOR GERAL

Antônio Carlos Barum Brod

VICE-DIRETORIA

Janete Otte

DIRETOR DE ENSINO

Odeli Zanchet

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO

Daniel Espírito Santo Garcia

DIRETOR DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS E COMUNITÁRIAS

Renato Louzada Meireles

DIRETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Lúcio Almeida Hecktheuer

DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

Nilo Moraes de Campos

CHEFE DE GABINETE

Berenice Mattos da Silva

PROCURADORIA JURÍDICA

Jaci Geraldo da Rosa Albuquerque

AUDITORIA INTERNA

Marco Antônio Maciel Vaz

PESQUISADOR INSTITUCIONAL

Bernadete Mattos Félix

DIRETORA DA UNIDADE PELOTAS

Gisela Loureiro Duarte

DIRETOR DA UNIDADE SAPUCAIA DO SUL

Carlos Alberto Schuch Bork

DIRETOR DA UNIDADE CHARQUEADAS

José Luiz Lopes Itturriet

DIRETOR DA UNIDADE PASSO FUNDO

Luis Afonso Tavares Alves da Fonseca

SUMÁRIO

1. Identificação.....	7
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos.....	8
2.1 Responsabilidades institucionais	9
2.2 Estratégias de atuação	13
2.2.1 Ensino.....	13
2.2.2 Pesquisa	16
2.2.3 Extensão.....	18
2.2.4 Recursos humanos	20
2.2.5 Assistência ao educando	21
2.2.6 Infra-estrutura.....	22
2.3 Programas	29
2.3.1 Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	33
2.3.1.1 Principais Ações do Programa	33
2.3.1.1.1 Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis.....	33
2.3.2 Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.....	36
2.3.2.1 Principais Ações do Programa	36
2.3.2.1.1 Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	36
2.3.2.1.2 Ação 2992 - Funcionamento da Educação Profissional	38
2.3.3 Programa 0750 – Apoio Administrativo	41
2.3.3.1 Principais Ações do Programa	41
2.3.3.1.1 Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	42
2.3.3.1.2 Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.....	44
2.3.3.1.3 Ação 2011 – Auxílio -Transporte aos Servidores e Empregados	45
2.3.3.1.4 Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	48
2.3.4 Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	50
2.3.4.1 Principais Ações do Programa	50
2.3.4.1.1 Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.....	50
2.4 Desempenho operacional	51
2.4.1 Evolução de gastos gerais	51
2.4.2 Indicadores de desempenho	52
2.4.2.1 Relação Candidato/Vaga (C/V)	52
2.4.2.2 Relação Ingresso/Aluno (I/A).....	54
2.4.2.3 Relação Concluintes/Alunos (CO/A).....	56
2.4.2.4 Índice de Eficiência Acadêmica – concluintes (IEA)	57
2.4.2.5 Índice de Retenção do Fluxo Escolar (IRFE).....	58
2.4.2.6 Relação Alunos/Docente em Tempo Integral (A/DTI).....	59
2.4.2.7 Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD)	59
2.4.2.8 Gastos Correntes por Aluno (GC/A).....	60
2.4.2.9 Percentual de Gastos com Pessoal (PGP).....	61

2.4.2.10 Percentual de Gastos com Outros Custeios (PGOC)	62
2.4.2.11 Percentual de Gastos com Investimentos (PGI)	62
2.4.2.12 Levantamento Socioeconômico dos Alunos Matriculados	63
2.4.2.12.1 Ensino Médio.....	63
2.4.2.12.2 Ensino Técnico	63
2.4.2.12.3 Ensino Superior	64
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Conforme item 3 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008).....	65
4. Restos a pagar de exercícios anteriores (Conforme item 4 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)	66
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício (Conforme item 5 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008).....	67
6. Previdência complementar patrocinada (Conforme item 6 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)	69
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos	70
externos (Conforme item 7 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008).....	70
8. Renúncia tributária (Conforme item 8 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)	71
9. Declaração do gestor de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia (Conforme item 9 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)	72
10. Operações de fundos (Conforme item 10 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)	73
11. Despesas com cartão de crédito (Conforme item 11 do conteúdo geral do Anexo II da DN-TCU-93/2008).....	74
12. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno (Conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008).....	75
13. Determinações e recomendações do TCU (Conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008).....	80
Não houve ocorrências no período.	80
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (Conforme item 14 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008)	81
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado (Conforme item 15 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)	82
16. Informações sobre a composição de recursos humanos.....	83
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	85
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (Conforme item B do Anexo II da DN-TCU-93/2008).....	86
Relatórios de correição	87
Declaração do contador responsável.....	89
Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis.....	90
Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa	91

1. Identificação

Os dados identificadores do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Dados identificadores

Nome completo da unidade e sigla	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS	
CNPJ	88.288.105/0001-39	
Natureza Jurídica	Autarquia do Poder Executivo Federal	
Vinculação Ministerial	Ministério da Educação	
Endereço completo da sede	Praça Vinte de Setembro, 455. Centro. CEP 96015-360. Pelotas-RS Tel: (53) 2123-1000 Fax: (53) 2123-1006 e-mail: gabdir@cefetrs.tche.br	
Endereço da página institucional na internet	http://www.cefetrs.tche.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas é autarquia federal instituída nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Foi transformado em CEFET nos termos da Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, publicada no DOU de 09 de dezembro de 1994, e implementado nos termos do Decreto s/nº de 18 de janeiro de 1999, publicado no DOU de 20 de janeiro de 1999. A definição das competências e da estrutura organizacional do CEFET-RS fundamenta-se no Decreto nº 5.224, de 1º de dezembro de 2004, consolidado mediante a aprovação de seu Estatuto pela Portaria Ministerial nº 312, de 30 de março de 2007, publicada no DOU de 02 de abril de 2007.	
Código da UJ titular do relatório	153020	
Código das UJ abrangidas	-----	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função do governo predominante	Educação	
Tipo de atividade	Ensino Médio, Técnico, Graduação e Pós-Graduação	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas	UG: 153020 Gestão: 15214

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

A instituição de ensino, que conta com estrutura orgânica e administrativa, estabelecida pelo Decreto nº 5.224, de 1º de dezembro de 2004, teve sua origem no Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, com a denominação de Escola Técnica de Pelotas (ETP), integrada à administração pública direta. Foi inaugurada em 11 de outubro de 1943, com suas atividades acadêmicas iniciando em março de 1945. Pela Lei nº 3552, de 16 de fevereiro de 1959, foi transformada em autarquia, passando a fazer parte da administração pública federal indireta. Já em 1965, teve alterada sua denominação para Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel). De acordo com a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que instituiu a transformação das escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica, em 19 de janeiro de 1999, foi implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS). Constituiu-se em Instituição Federal de Educação Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC).

Conforme a Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas foi transformado no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IF Sul-rio-grandense). De acordo com a referida lei, a Instituição reger-se-á a partir de novas finalidades, objetivos e estrutura organizacional, definidas mediante a aprovação de proposta de estatuto a ser encaminhada ao Ministério Educação até 29/06/2009. Considerando-se que praticamente todos os atos de gestão em 2008 ocorreram com base nas finalidades, objetivos e estrutura organizacional da Instituição como Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, este é nome institucional utilizado para a redação do presente relatório, adotado como forma de respeito à história, à motivação e à legalidade dos atos praticados no exercício.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. A Lei nº 11.892 criou 38 Institutos Federais, que juntos abrangem 354 campi. A criação do Instituto Federal Sul-rio-grandense prevê seu funcionamento pleno com 7 campi (Campus Pelotas, Campus Sapucaia do Sul, Campus Charqueadas, Campos Passo Fundo, Campus Bagé, Campus Venâncio Aires e Campus Camaquã).

Outro importante registro do ano de 2008 foi a realização do processo de escolha do Diretor-Geral para o mandato 2009/2013, fundamentado nos princípios

democráticos presentes no estatuto do CEFET-RS. A eleição foi realizada no dia 05/11/2008, em todas as Unidades de Ensino, tendo o seguinte resultado com base no percentual de votos válidos: candidato Luís Ricardo Pedra Pierobon – 8,63%; candidato Antônio Carlos Barum Brod – 71,18%; Edelbert Krüger – 18,78%. Assim, mediante a resolução nº 031/2008, de 1º/12/2008, o Conselho Diretor homologou o nome do professor Antônio Carlos Barum Brod como Diretor Geral reeleito do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas. Após, o Gabinete do Diretor encaminhou ofício ao Ministério da Educação, nº 344/2008, de 02/12/2008, com vistas à designação ao cargo, que foi publicada no Diário Oficial da União do dia 08/01/2009, através da portaria nº 049/2009.

Como registro de 66 anos de existência dedicados à educação nacional, o presente item deste relatório visa à realização da análise dos objetivos e metas institucionais e/ou programáticas do ano de 2008, o que será realizada nas seguintes seções: 1) responsabilidades institucionais, esclarecendo o papel político-institucional em que atua e seu papel na execução das políticas públicas sob sua responsabilidade; 2) estratégias de atuação da unidade na execução das políticas públicas, evidenciando a vinculação entre os objetivos e prioridades definidos para o exercício e o conjunto de decisões operacionais e de gastos que foram adotadas no exercício; 3) programas do governo a cargo da Instituição, apontando o cumprimento de metas governamentais com base no orçamento; 4) indicadores do desempenho operacional, representativos do esforço e da eficiência da Instituição para com as políticas governamentais.

2.1 Responsabilidades institucionais

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas vem participando ativamente da evolução da sociedade rio-grandense como agente de transformação, comprometido com a cidadania, mediante processos educativos, públicos e gratuitos, de ensino, pesquisa e extensão. A Instituição tem como função social promover educação humano-científico-tecnológica para formar cidadãos, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho, por meio da educação continuada de trabalhadores; da educação tecnológica de nível médio; da graduação e pós-graduação e da formação de professores. Visa, também, desenvolver o senso ético e motivar a sensibilidade através da cultura, para que seus alunos, como cidadãos críticos e solidários, comprometam-se politicamente com um projeto de sociedade mais justa.

A Instituição tem sua Direção Geral sediada na cidade de Pelotas e, atualmente, é formada por quatro Unidades de Ensino, localizadas em: Pelotas, Sapucaia do Sul,

Charqueadas e Passo Fundo, sendo as duas últimas resultantes da primeira etapa do Programa de Expansão da Rede Federal de Ensino, iniciada em 2005.

O engajamento da Instituição às políticas governamentais pode ser evidenciado nos trabalhos voltados à implementação da segunda etapa do Programa de Expansão da Rede Federal, lançado em 2007, pelo qual serão agregadas mais três Unidades de Ensino ao CEFET-RS, nas seguintes cidades: Bagé, Venâncio Aires e Camaquã.

A Unidade Camaquã teve sua obra iniciada no final de 2008, com previsão de início das atividades no segundo semestre de 2009. Nesta Unidade há a previsão de oferta dos seguintes cursos: Técnico em Automação Industrial (forma integrada), Técnico em Controle Ambiental (forma integrada), Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (forma subsequente). A Unidade Bagé deve ter a obra iniciada no primeiro semestre de 2009 e contará com os seguintes cursos: Técnico em Agroindústria (forma integrada – modalidade EJA), Técnico em Agropecuária (forma integrada), Técnico em Informática (forma integrada), Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (forma subsequente). A Unidade Venâncio Aires deve ter a obra iniciada no primeiro semestre de 2009 e ministrará os seguintes cursos: Técnico em Informática (forma integrada), Técnico em Refrigeração e Climatização (forma integrada), Técnico em Eletromecânica (modalidade EJA), Técnico em Refrigeração e Climatização (forma subsequente). Pelo exposto, é perspectiva do CEFET-RS contar com sete Unidades de Ensino ainda no final de 2009, sedimentando sua posição de maior instituição pública de ensino profissionalizante do Estado do Rio Grande do Sul.

O CEFET-RS, mediante as atividades de suas Unidades de Ensino, desenvolve diversos objetivos que se encontram em consonância com as políticas públicas do governo em relação aos Centros Federais de Educação Tecnológica e com seu Plano de Desenvolvimento Institucional, entre os quais se destacam:

- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluída a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- ministrar educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica;
- ministrar ensino médio, observada a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio;

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;
- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- ministrar programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;
- estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;
- promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas, auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

Os objetivos institucionais estão baseados na execução de programas e de ações do Ministério da Educação, entre os quais se destacam:

1. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Este programa é materializado pela Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis. A importância desta ação reside à garantia do pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário.
2. Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, voltado à ampliação da oferta da educação profissional

nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade. Esse programa é materializado pelas Ações 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – e 2992 – Funcionamento da Educação Profissional. A importância de tais ações reside na manutenção das atividades desenvolvidas pela Instituição e na criação de possibilidades de ampliação da oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico.

3. Programa 0750 – Apoio Administrativo, voltado a prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos. Esse programa é materializado pelas Ações 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, e 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados. A importância dessas ações reside em assegurar meios administrativos para a implementação e gestão do programa voltado ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica.
4. Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais. Esse programa é materializado pela Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas. A importância desta ação reside em assegurar meios administrativos para o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, devidas pela Instituição.

Além desses programas, referentes aos recursos orçamentários previstos para 2008, diversos outros recursos foram obtidos mediante transferências de órgãos do governo federal para o atendimento de demandas específicas, baseadas na aprovação de planos de trabalho da Instituição.

Um grande avanço obtido no ano de 2008 foi a implantação da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, estruturado pela Medida Provisória nº 431, de 14 de maio de 2008, posteriormente convertida na Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008. Ela foi composta pelos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, que integram a

Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 1987. Esta nova carreira, a qual os professores da Instituição puderam optar pelo ingresso, trouxe maior possibilidade de evolução ao longo do exercício profissional e uma nova estrutura remuneratória. Com efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês de julho, essa nova estrutura impactou diretamente os Programas 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e Programa e 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, a partir do aumento da remuneração dos servidores ativos e inativos.

2.2 Estratégias de atuação

Com base nos programas governamentais, serão apresentadas as principais realizações no ano de 2008, envolvendo os seguintes itens: ensino, pesquisa, extensão, recursos humanos, assistência ao educando e infra-estrutura. Também serão apresentadas as principais estratégias de atuação frente às dificuldades que impactaram a execução dos trabalhos no período em análise.

2.2.1 Ensino

Ressaltando que a principal função da Instituição constitui-se em ministrar ensino em diversas modalidades e níveis, a Tabela 2 apresenta a relação de cursos do CEFET-RS em 2008.

Tabela 2 – Modalidades de ensino e cursos oferecidos pelo CEFET-RS

Unidade	Modalidade de ensino e cursos
Pelotas	<p>Ensino Médio</p> <p>Ensino Técnico</p> <ul style="list-style-type: none"> Curso de Design de Móveis Curso de Edificações Curso de Eletrônica Curso de Manutenção Eletromecânica Curso de Mecânica Industrial Curso de Eletrotécnica Curso de Química Curso de Sistemas de Telecomunicações Curso de Sistemas de Informação Curso de Manutenção de Computadores (PROEJA) Curso de Programação Visual <p>Ensino Superior</p> <ul style="list-style-type: none"> Engenharia Elétrica Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações Tecnologia Ambiental – ênfase Controle Ambiental Tecnologia em Gestão Ambiental Tecnologia Ambiental – ênfase Saneamento Ambiental

	Tecnologia em Saneamento Ambiental Tecnologia em Automação Industrial Tecnologia em Sistemas para Internet Pós-Graduação Especialização em Linguagens Verbais e Visuais e suas Tecnologias Especialização em Educação Microeletrônica Formação Pedagógica
Sapucaia do Sul	Ensino Médio Ensino Médio para Adultos Ensino Técnico Curso de Processos Administrativos (PROEJA) Técnico em Plásticos Técnico de Nível Médio em Gestão Cultural Técnico de Nível Médio em Informática Ensino Superior Tecnologia em Polímeros - ênfase em Gestão da Qualidade Tecnologia em Gestão da Qualidade na Transformação de Polímeros Tecnologia em Fabricação Mecânica para Ferramentaria Tecnologia em Gestão da Produção Industrial Tecnologia em Fabricação Mecânica
Charqueadas	Ensino Técnico Curso de Informática (PROEJA) Curso de Mecatrônica
Passo Fundo	Ensino Técnico Curso de Mecânica Industrial Curso de Sistemas de Informação

A Instituição atende a todas as formas e modalidades de ensino propostas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelo Decreto nº 5.154, de julho de 2004. Oferece cursos na forma integrada – para alunos que tenham concluído o Ensino Fundamental; cursos técnicos na forma subsequente – para alunos que já tenham concluído o Ensino Médio; cursos técnicos na forma concomitante – para alunos que já concluíram o Ensino Fundamental e estejam cursando o Ensino Médio; e cursos de PROEJA (programa que incentiva a criação de cursos técnicos oferecidos a jovens e adultos), na forma integrada.

O CEFET-RS também ministra curso superior – Tecnologia em Sistemas para Internet – na modalidade de educação a distância, mediante sua participação na Universidade Aberta do Brasil: projeto criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração

experimental de um sistema nacional de educação superior. Esse sistema é formado por instituições públicas de ensino superior, as quais levam aos municípios brasileiros que não têm oferta ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender as necessidades locais. Atualmente, a Instituição atua em cinco cidades (pólos) no Rio Grande do Sul: Balneário Pinhal, Constantina, Picada Café, Santa Vitória do Palmar e Santana da Boa Vista, atendendo 134 alunos matriculados.

Na área de ensino, ainda podem ser destacadas as seguintes realizações:

- a) Conclusão e aprovação, em todas as instâncias, do processo de reestruturação da organização didática dos cursos de graduação, visando ampliar e melhorar as condições de desenvolvimento escolar dos cursos superiores ofertados.
- b) Aumento de vagas em cursos superiores: expansão da oferta de 220 para 262 vagas anuais, proporcionando um crescimento de dezenove por cento em relação ao ano de 2007. O curso de Engenharia Elétrica foi o grande destaque neste aumento, ofertando 100 vagas.
- c) Oferta de novo ingresso (32 vagas) para o Curso de Formação Pedagógica, estabelecendo a sua oferta de forma regular e gratuita para todos os alunos.
- d) Consolidação da oferta em semestralidade plena para os cursos de Gestão Ambiental e Saneamento Ambiental.
- e) Reformulação da Organização Didática dos cursos superiores, concluída com a participação de todos os professores deste nível de ensino.
- f) Planejamento e aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio para as Unidades de Bagé e Venâncio Aires.
- g) Criação e aprovação no Conselho Superior, do curso de formação continuada PROEJA (atendendo à chamada Pública 01/2008 SETEC/MEC) e do Curso Superior em Sistemas para Internet, na Unidade Passo Fundo.
- h) Criação da Comissão Permanente do Processo Seletivo (COPPS), com o objetivo de unificar o processo seletivo que era executado em cada Unidade. Foram criadas no Conselho Superior formas alternativas para a seleção de alunos, que serão somados ao processo atual, tais como a utilização dos resultados da prova do ENEM. Para o próximo processo

seletivo, será implantado o sistema de cotas para alunos provenientes das escolas públicas, com a reserva cinquenta por cento das vagas.

- i) Implantação das disciplinas de Filosofia e Sociologia nos Cursos Técnicos integrados de nível médio da Unidade Sapucaia, bem como nos Cursos Técnicos de Mecatrônica e Informática da Unidade Charqueadas.
- j) Aprovação no Conselho Diretor do Curso Técnico em Desenho de Construção Civil, na Unidade Charqueadas.
- k) Implantação do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet na Unidade Passo Fundo.

Pelo exposto, é possível verificar que a Instituição se encontra voltada à expansão da oferta de vagas nos cursos de graduação e à criação de novos cursos técnicos, o que pode ser avaliado como positivo quanto ao atendimento das necessidades de formação profissional em nível local e regional.

As ações voltadas à reorganização, à elaboração e à reformulação da área de ensino (estrutura e processos) apresentaram resultados positivos quanto à organização e à divulgação dos procedimentos a serem adotados pelo corpo discente e docente, refletindo diretamente na melhoria do processo de ensino e de aprendizado desenvolvido pelo CEFET-RS.

2.2.2 Pesquisa

Os destaques na área de pesquisa, em 2008, foram os seguintes:

- a) Implantação institucional de acesso a bolsas de incentivo à pesquisa, totalizando a concessão de vinte bolsas pelo período de nove meses.
- b) Desenvolvimento de treze projetos de pesquisas com o apoio de recursos externos, a saber:
 - 1. Avaliação do cultivo da soja geneticamente modificada resistente ao glifosato (CNPq);
 - 2. Desenvolvimentos de metodologia para screening de nitrosaminas em amostra e extratos aquosos (CNPq);
 - 3. Controle de qualidade de combustíveis (CTPetro);
 - 4. Ácidos naftênicos e nitrogenados no petróleo brasileiro (CTPetro);
 - 5. Desenvolvimento de Tecnologia para Produção de Mamona (FINEP);
 - 6. Núcleo Multiusuário de Cromatografia Gasosa Bidimensional Abrangente (FINEP);

7. Aprimoramento e adequação tecnológica de testador de eletroválvulas e cilindros para o mercado nacional e internacional (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS);
8. Sistema de monitoramento de atracagem de navios de grande porte (Petrobras – Transpetro);
9. Sistema de Diagnóstico de Usinas Hidrelétricas (AES Tiete);
10. Sistema de previsão de cargas (Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE);
11. Investigação da reciclagem de resíduos plásticos pelo processo de rotomoldagem (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS);
12. Influência das propriedades de pós de poliamida na qualidade de artigos rotomoldados (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS);
13. Avaliação das propriedades do poliestireno de alto impacto reprocessado (INNOVA).

c) Desenvolvimento de doze projetos de pesquisas apenas com recursos próprios, a saber:

1. Controle de efluentes da indústria de celulose;
2. Estudo de hidrocarbonetos no sedimento da Laguna dos Patos - Saco do Laranjal-Pelotas RS;
3. Controle de salinidade na Lagoa dos Patos;
4. Goma Xantana na Preservação de Antocianinas em Produtos Elaborados com Diferentes Variedades de Mirtilo Produzidos no Rio Grande do Sul;
5. Educação Ambiental e a Gestão do Lixo no Espaço Rural: Uma Experiência na Colônia Maciel- Pelotas-RS;
6. Estudo das propriedades absorciométrica de pigmentos vegetais e uso como indicadores de Ph;
7. Análise de nitrosaminas;
8. Análise de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos;
9. Formação movente: saber e subjetivação na contemporaneidade;
10. Estudos e escala laboratorial e em planta piloto para isolamento, purificação e transformação da glicerina, produzida na síntese de biodiesel, em produtos de maior valor agregado;
11. Produção e otimização do processo de obtenção de biodiesel de gordura animal e óleo vegetal na região sul do Brasil;
12. A inserção da corporeidade no processo de conhecimento em sala de aula: intencionalidade e espontaneidade.

Buscando interagir com a comunidade e estimular a pesquisa desde o início da vida acadêmica, foi realizada em 2008 a segunda Mostra de Iniciação Científica na Unidade Charqueadas, reunindo 80 trabalhos de 12 escolas da rede municipal e estadual da região, além dos trabalhos dos estudantes daquela Unidade de Ensino.

Como resultado do esforço em financiar as bolsas de iniciação científica, registra-se a grande participação dos alunos e professores na elaboração de artigos científicos. Somente na II Jornada da Produção Científica e Tecnológica da Região Sul, realizada neste Centro Federal, na Unidade Pelotas, nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 2008, foram apresentados 54 artigos e 47 resumos.

Com o objetivo de fortalecer a pesquisa e a pós-graduação, a Instituição tem incentivado a formação de grupos de pesquisas, atividade esta recomendada pelos principais órgãos de fomento da pesquisa como o CNPq e o CAPES. A política adotada por este Centro Federal é a de viabilizar as melhores condições de trabalho para os pesquisadores que estejam engajados em grupos de pesquisas, aumentando, a cada ano, o número de grupos de pesquisas cadastrados no CNPq.

Pelo exposto, é possível depreender que as realizações voltadas à área da pesquisa em 2008 foram de extrema importância para os objetivos institucionais de despertar a vocação científica e de estimular a formação de novos pesquisadores no âmbito docente e discente.

2.2.3 Extensão

Referente às atividades de extensão, podem ser destacadas as seguintes:

- a) Encaminhamento de 625 estagiários para empresas e instituições, mediante Acordos de Cooperação de Recursos Humanos.
- b) Realização de 121 visitas, envolvendo 2.474 alunos e 222 empresas, atendendo projetos dos diversos cursos da Unidade Pelotas.
- c) Realização de visitas a 64 empresas no Estado do Rio Grande do Sul pela Coordenação de Serviço de Integração Escola-Empresa.
- d) Execução de projeto de inclusão digital para crianças abrigadas em Casas Lares do município de Pelotas.
- e) Realização da VII Feira das Profissões, no período de 7 a 10 de outubro.
- f) Realização da Exposição Prata da Casa, no período de 6 a 8 de novembro, com a divulgação de produtos artesanais, confeccionados pela comunidade institucional.

- g) Realização da quarta edição do Circuito de Corridas de Rua, na cidade de Pelotas.
- h) Realização do 1º Musifest – Mostra de Interpretação Musical do CEFET/RS, no dia 20 de agosto na Unidade Pelotas.
- i) Realização de eventos, entre outros:
1. I Jogos Infolímpicos;
 2. Evento +Design dos cursos de Programação Visual e Design de Móveis;
 3. 1ª Semana Acadêmica Integrada de Tecnologia, promovida pelos Cursos de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia em Automação Industrial e Engenharia Elétrica;
 4. 5º Encontro Tecnológico da Construção Civil e 5ª Feira de Habitação e Construção (FEHACON);
 5. 1ª Semana Acadêmica do Curso Montagem e Manutenção de Computadores – PROEJA;
 6. II Mostra de Ciências e Tecnologia (IMOCITEC), na Unidade Charqueadas.
- j) Participação em diversos eventos regionais:
1. 16ª FENADOCE - Feira Nacional do Doce, no período de 4 a 22 de junho, com estande em que foram divulgados seus cursos e projetos desenvolvidos pelos alunos.
 2. 2ª Feira das Profissões do Colégio São José, nos dias 20 e 21 de maio, na qual apresentou trabalhos dos cursos de Programação Visual, Design de Móveis e Técnico em Química.
 3. Feira das Profissões da empresa Votarantim Papel e Celulose – Unidade Capão do Leão, no dia 28 de abril, com o objetivo de divulgar aos funcionários da referida empresa os cursos oferecidos pelo CEFET/RS.
 4. Mostra de Ensino Profissionalizante (MEP), organizada pela 5ª Coordenadoria Regional de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, no período de 19 a 22 de agosto, possibilitando a divulgação da produção realizada.
- k) Encaminhamento de dois alunos do Curso de Tecnologia em Automação Industrial para realização de período de estudos e estágio, na Universidade de Tecnologia de Compiègne (UTC), França.

O CEFET-RS estrutura seu trabalho na área de extensão, através de programas e projetos capazes de ampliar o raio de ação da Instituição, permitindo que, além da sua tradicional atuação em ensino, possa agir na integração e na interação com a comunidade interna e a sociedade em geral, promovendo atividades de extensão que demonstrem sua responsabilidade social.

A divulgação das atividades desenvolvidas na Instituição, bem como o estreitamento dos laços de cooperação com a sociedade, principalmente com as empresas, vem refletindo diretamente no aumento das oportunidades de estágios, na ampliação de visitas técnicas e a criação de novas parcerias.

2.2.4 Recursos humanos

Foram publicados sete editais de concursos públicos para cargos docentes e técnico-administrativos, com a seguinte disposição de vagas: 33 técnico-administrativos e 08 docentes na Unidade Pelotas; 10 técnico-administrativos e 10 docentes na Unidade Charqueadas, 01 técnico-administrativo e 07 docentes na Unidade Sapucaia do Sul, e 09 técnico-administrativos e 09 docentes na Unidade Passo Fundo, totalizando assim 53 novos servidores técnico-administrativos e 34 docentes.

Também foram realizados 77 processos seletivos para professores substitutos, sendo cinquenta e sete na Unidade Pelotas, dezessete na Unidade Sapucaia do Sul e três na Unidade Passo Fundo.

Referente à concessão de direitos, vantagens e benefícios de servidores, a Coordenação de Legislação e Normas (COLENO) efetuou a análise e instrução de 14 aposentadorias, 01 pensão civil e 01 auxílio-funeral.

Quanto à capacitação de servidores, destacam-se as seguintes realizações:

- a) Pesquisa junto aos servidores, por meio de formulário personalizado, das necessidades de capacitação, realizada pelo Núcleo de Implantação da Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos – NICAD que, a partir dos dados coletados, elaborou relatório que serviu como base para o planejamento e construção dos projetos de capacitação das Unidades de Pelotas, Sapucaia do Sul, Charqueadas e Passo Fundo.
- b) Constituição de equipes de Técnicos de Referência integradas por servidores técnico-administrativos de cada Unidade para, juntamente com o NICAD/DRH, planejarem as ações de capacitação que constituíram o Plano de Capacitação Institucional 2008/2009.

- c) Implantação do Curso de Capacitação para vinte servidores técnico-administrativos na Unidade Passo Fundo.
- d) Aprovação junto ao MEC do Curso de Capacitação: Formação de docentes, técnico-administrativos e gestores no âmbito do PROEJA: Uma Perspectiva de Educação Inclusiva, com realização nas Unidades de Passo Fundo e Sapucaia do Sul.

Pelo exposto, verifica-se que o CEFET-RS vem atuando, mediante ações internas e externas, para a melhoria da capacitação de seus servidores. Essas ações trouxeram impacto positivo, principalmente, quanto à possibilidade dos servidores desenvolverem, de melhor forma e com maior motivação, o desempenho de suas funções. Dessa forma, verifica-se o foco institucional no atendimento do disposto no Decreto nº 5.707, de fevereiro de 2006, que institui a políticas e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública autárquica.

2.2.5 Assistência ao educando

Dentre as atividades voltadas à assistência ao educando, destacam-se as seguintes:

- a) Serviço de nutrição: realizado na Unidade Pelotas, prestou 68 (sessenta e oito) atendimentos dietoterápicos e 63.326 refeições gratuitas.
- b) Serviço de psicologia: foram atendidos 115 alunos na Unidade Pelotas, 178 alunos na Unidade Sapucaia do Sul.
- c) Programa de bolsa de trabalho: oferecido como forma de permitir a permanência do estudante com dificuldade socioeconômica. Foram atendidos 196 alunos na Unidade Pelotas, 35 alunos na Unidade Sapucaia do Sul, 08 alunos na Unidade Charqueadas e 06 alunos na Unidade Passo Fundo.
- d) Programa de doação e/ou empréstimo de material escolar: realizado na Unidade Pelotas, é oferecido como forma de disponibilizar material escolar aos alunos carentes, e prestou atendimento a 73 alunos.
- e) Programa de auxílio financeiro: realizado na Unidade Pelotas, visa disponibilizar, aos alunos carentes, a compra de medicamentos não disponíveis no Gabinete Médico/Odontológico e outras necessidades, como vale-transporte atendendo, no ano de 2008, 38 alunos na Unidade Pelotas, e 22 alunos na Unidade Sapucaia do Sul.

- f) Isenção de taxa de inscrição para os processos seletivos: realizada para os alunos carentes. Unidade Pelotas – 722 isenções; Unidade Sapucaia do Sul – 16 isenções; Unidade Charqueadas – 7 isenções.
- g) Serviço médico, odontológico e de enfermagem: as quantidades de atendimento dos serviços prestados são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Quantidade de atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem

Público-Alvo		Atendimento 2008		
		Médico	Odontológico	Enfermagem
Unidade Pelotas	Alunos	2.081	586	1.356
	Docentes	323	63	263
	Técnicos Administrativos	727	194	1.011
Unidade Sapucaia do Sul	Alunos	112	--	184
	Docentes	88	--	58
	Técnicos Administrativos	44	--	29
Unidade Charqueadas	Alunos	--	--	325
	Docentes	--	--	51
	Técnicos Administrativos	--	--	69
Unidade Passo Fundo	Alunos	--	--	164
	Docentes	--	--	137
	Técnicos Administrativos	--	--	119
Total		3.375	843	3.766

2.2.6 Infra-estrutura

Os destaques das realizações voltadas à infra-estrutura da Instituição são apresentados com base nos seguintes itens: obras e reformas, equipamentos e sistemas de informática, veículos, equipamentos de tecnologia e livros.

a) Obras e reformas

Tabela 4 – Obras e reformas realizadas em 2008

Unidade	Reformas/Obras
Pelotas	<ul style="list-style-type: none"> • Construção da Cobertura da Cancha Poliesportiva, compreendendo serviços de remoções, fundações em concreto armado, estrutura metálica, instalações elétricas, instalações de rede pluvial, cobertura com telhas de aço galvanizado e alumino e pintura. • Reformas e adaptações da sala 126 - A no térreo, das salas 124 - B, 126 - B, 130 - B e 156 - B no 2º pavimento e 134 - C a 150 - C no 3º piso do Bloco 1, banheiros do Bloco 1 e Banheiros do Bloco 2, contemplando serviços de remoção, demolição, alvenarias, colocação de divisórias, instalações elétricas e hidráulicas, revestimentos, pavimentação, esquadrias e pintura. • Instalação de persianas verticais em salas dos Blocos 1, 2, 3, 7 e 12. • Conclusão do Bloco 18, com serviços de demolição, estruturas de concreto armado, alvenarias, cobertura, instalações elétricas, telefônicas, de lógica e hidrossanitária, esquadrias, revestimentos, pavimentações e pintura. • Construção de painéis para publicações nas áreas do Saguão dos Alunos e Biblioteca. • Reformas no pavilhão Ildemar Bonat (Bloco 4) – pavimento térreo e sanitários. • Reforma dos vestiários masculino e feminino do Ginásio de Esportes (Bloco 5). • Reformas e ampliação da Coordenação e construção do Mezanino 6 do Curso de Edificações (Bloco 7).
Venâncio Aires	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos e desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, estruturais e complementares, bem como especificações técnicas, orçamentos e cronogramas físico-financeiros para construção do Campus Venâncio Aires. Os projetos contemplam a construção dos Blocos Administrativo, Salas de Aula, Auditório, Garagem, Subestação, Convivência, Oficinas e Guarita.
Camaquã	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do Campus Camaquã, com os Blocos Administrativo, Auditório, Garagem, Convivência, Oficinas, Salas de Aula, Guarita e Subestação; além de Paisagismo, muros e pavimentação externa; contemplando serviços de movimentação de terra, infra-estrutura, superestrutura, estruturas metálicas, alvenarias, impermeabilizações, instalações elétricas, hidrossanitárias, de telefonia e de lógica, cobertura, revestimentos, esquadrias, pavimentações e pintura.

Charqueadas	<ul style="list-style-type: none"> • Reformas e Adaptações dos Blocos 4, 5, 6, 7, 10, 12, construção da Garagem (Bloco 16) e Passagem Coberta. A obra contempla serviços de demolições, infra-estrutura, superestrutura, alvenarias, coberturas, impermeabilizações, instalações elétricas e hidrossanitárias, esquadrias, revestimentos, pavimentações e pintura.
Passo Fundo	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do Bloco Salas de Aula. A obra contempla movimentação de terra, execução de infra-estrutura, supra-estrutura, estruturas metálicas, alvenarias, impermeabilizações, instalações elétricas, hidrossanitárias, de telefonia e de lógica, coberturas, revestimentos, esquadrias, pavimentações e pinturas.
Bagé	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos e desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, estruturais e complementares, bem como especificações técnicas, orçamentos e cronogramas físico-financeiros para construção do Campus Bagé. Os projetos contemplam a construção dos Blocos Administrativos, Salas de Aula, Auditório, Garagem, Subestação, Convivência, Agricultura e Guarita.

A realização dessas reformas e obras foi extremamente importantes para a Instituição. Considerando que a Unidade Pelotas possui muitos prédios antigos, as ações voltadas às reformas são fundamentais para a conservação e adaptação da estrutura às atuais necessidades. Também é possível perceber forte atuação institucional tanto na melhoria da infra-estrutura das Unidades da I Fase do Plano de Expansão como na implantação das Unidades da II Fase.

b) Equipamentos e sistemas de informática

Foram adquiridos aproximadamente 462 computadores, 100 estabilizadores de tensão, 90 impressoras, 534 monitores de LCD, 13 servidores e 10 lousas eletrônicas. A aquisição desses e outros equipamentos refletiram diretamente na melhoria dos serviços de acesso à *Internet* e à *Intranet*, e dos trabalhos administrativos, principalmente quanto à agilidade das rotinas, bem como do processo de ensino e de aprendizagem, com a modernização de laboratórios de diversos cursos.

Dando continuidade à otimização dos sistemas de informação, houve a expansão da implantação do Sistema Acadêmico para as Unidades de Charqueadas e Passo Fundo, possibilitando o gerenciamento das atividades de ensino, atendendo necessidades de alunos, professores e da Gerência de Registros Escolares.

c) Veículos

Foram adquiridos dois automóveis para Unidade Pelotas; um automóvel para Unidade Passo Fundo; uma caminhonete para Unidade Sapucaia do Sul; além de dois automóveis doados pelas prefeituras das cidades de Bagé e Venâncio Aires como contrapartida à implantação das Unidades de Ensino nestas cidades. Esses veículos tiveram impacto positivo para as atividades da Instituição, visando suprir as necessidades de veículos capazes de proporcionar o desenvolvimento das atividades do CEFET-RS distribuídas pelo Estado do Rio Grande do Sul.

d) Equipamento de tecnologia

Parte significativa dos recursos de investimento de 2008 foi destinada à aquisição de equipamentos de tecnologia para os diversos cursos da Instituição, possibilitando melhorias ao processo de ensino e de aprendizagem, principalmente quanto à aproximação de professores e estudantes com as tecnologias mais modernas de cada área. Como destaque desta ação, registra-se a aquisição de um centro de usinagem para o Curso Técnico de Mecânica Industrial da Unidade Pelotas, no valor de R\$ 256.200,00.

Visando a abertura do acervo bibliográfico ao público na biblioteca da Unidade Pelotas, foram adquiridos um portal antifurto e 18.000 etiquetas eletromagnéticas para segurança do acervo, a ser instalado no início de 2009.

e) Livros

A Instituição tem mantido os investimentos anuais para atualização do acervo bibliográfico das bibliotecas das Unidades de Ensino. Os acervos das Unidades sofreram os seguintes acréscimos: 521 títulos, com um total de 960 exemplares, em Pelotas; 424 títulos, com um total de 661 exemplares, em Sapucaia do Sul; 591 títulos, com um total de 971 exemplares, em Charqueadas.

O investimento em livros tem sido uma das realizações de maior impacto para o processo de ensino e de aprendizagem da Instituição, visto proporcionar o contato com obras literárias e científicas atuais, estimulando a pesquisa e o desenvolvimento do gosto pela leitura.

Pelo exposto, o ano em análise pode ser avaliado como positivo quanto à execução do principal objetivo da Instituição: ministrar ensino público e gratuito. Contudo, podem ser apontados alguns aspectos (referentes, principalmente, às restrições estruturais

e deficiências no quadro de pessoal), que influenciaram os processos decisórios da administração em 2008:

a) Estrutura organizacional

Embora a Instituição tenha obtido alguns avanços na melhoria de sua organização estrutural, ressalta-se que o seu quadro de cargos de direção e de funções gratificadas ainda se encontra aquém das necessidades resultantes do crescimento institucional vivenciado nos últimos anos, principalmente quanto às novas Unidades. Nesse contexto, alguns importantes setores da Instituição ainda não possuem função gratificada ou a mesma não se encontra compatível ao nível de complexidade e responsabilidade exigida.

Assim, mesmo com a adoção de estratégias voltadas à racionalização do uso das ambientes, garantindo o bom funcionamento da Instituição, evidencia-se a necessidade de ampliação desse quadro, possibilitando a realização de melhorias mais profundas na estrutura organizacional da Instituição.

b) Estrutura física

O crescimento dos últimos anos nas atividades desenvolvidas na Unidade Pelotas (local onde se encontra localizada a estrutura sistêmica) não acompanhou a expansão de sua estrutura física, causando diversos problemas. Contando com ambiente próximo ao da época de Escola Técnica, o aumento do número de estudantes, aliado à criação de novos cursos, impõe necessidades de mais salas de aula, laboratórios, coordenadorias. Também o crescimento baseado na implementação da estrutura organizacional presente no estatuto trouxe novos desafios relativos ao crescimento da estrutura, com a criação de novas Diretorias e Gerências.

Embora a Diretoria de Administração e de Planejamento venha trabalhando na reestruturação da área física atual, tentando otimizar o uso dos ambientes do CEFET-RS, verifica-se que, com a atual área física disponível, muitos cuidados devem ser tomados quanto ao planejamento institucional para a não ocorrência de prejuízos ao processo de ensino e de aprendizagem. Pelo exposto, verifica-se que a aquisição de um novo imóvel para a Unidade Pelotas é urgente para o bom desenvolvimento das atividades atuais e para a implementação das atuais perspectivas de crescimento.

c) Quadro de pessoal

A obtenção da liberação da totalidade de vagas disponíveis no quadro de pessoal da Instituição constitui-se num grande objetivo ainda perseguido. Esta demanda

torna-se importante a partir da possibilidade de substituição de professores substitutos por professores efetivos e do equilíbrio da força de trabalho nos setores administrativos, uma vez que a expansão da rede federal de ensino tem exigido muito de setores específicos (concursos públicos, pagamento e cadastro de pessoal, licitações, controle de contratos, execução financeira, controle orçamentário, contabilidade). A falta de pessoal tem sido um dos maiores problemas enfrentados pela administração e esse problema tem se refletido diretamente nos serviços prestados pela Instituição.

Embora em 2008 tenham sido contratados para o quadro efetivo 08 docentes e 33 técnico-administrativos para Unidade Pelotas e 07 docentes e 01 técnico-administrativo para a Unidade Sapucaia do Sul, esse número ficou aquém das necessidades. Apenas no quadro docente, aposentaram-se 07 servidores na Unidade Pelotas e 03 servidores na Unidade Sapucaia do Sul, números próximos aos de ingressos. Dessa forma, justifica-se o fato dos docentes substitutos representarem quase 1/3 do quadro docente da Unidade Pelotas, fato que compromete o bom desenvolvimento das atividades de ensino.

Dos 445 cargos de docentes do CEFET-RS, 75 estão vagos, o que representa 16,85% do quadro efetivo. Dos 447 cargos de técnico-administrativos, 138 estão vagos, o que representa 30,87% do quadro efetivo. Assim, verifica-se que a falta de pessoal para o atendimento da totalidade das necessidades institucionais continua sendo um problema sério. Nesse contexto, dentro de suas possibilidades, a administração vem realizando o redimensionamento dos setores e a revisão de seus processos de trabalho, visando adequar suas demanda aos recursos humanos disponíveis.

d) Diárias e passagens

O CEFET-RS tem suas Diretorias Sistêmicas e sua maior Unidade de Ensino localizadas em Pelotas, cidade distante, aproximadamente, 300 quilômetros do centro industrial do Estado do Rio Grande do Sul, considerado a Grande Porto Alegre. Assim, grande maioria das demandas administrativas e de ensino desta IFE passa pela capital do Estado, como: a representação junto a órgãos e entidades da região – FIERGS, FINEP, FAPERGS, SEBRAE, SENAI – atendimento as auditorias da Controladoria Geral da União, visitas de estudo técnicos dos alunos às empresas, capacitação de servidores. Além disso, com o acréscimo de Unidades, ocorrido a partir de 2005 (Charqueadas e Passo Fundo) e previsto para os próximos anos (Bagé, Camaquã e Venâncio Aires), o número de deslocamentos pelo Estado vem aumentando consideravelmente, principalmente no que se refere à fiscalização de obras.

Portanto, ressalta-se como positivo a inexistência de limite de diárias e passagens imposto pelo MEC às unidades em 2008. Os gastos com diárias, no exercício,

totalizaram R\$ 219.363,47 e com passagens R\$ 170.656,47. Ressalta-se que todas as diárias emitidas são fixadas no mural da Instituição e divulgadas do Portal da Transparência <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>, o que pode ser considerado positivo para que os atos administrativos geradores dessas despesas sejam julgados a partir de sua motivação frente aos objetivos da Instituição para com as políticas públicas e não pelo limite financeiro imposto.

De acordo com o Decreto nº 6.258/2007 e no sentido de possibilitar aos administradores um controle mais aperfeiçoado da aquisição de passagens e do pagamento de diárias, o CEFET-RS realizou em 2008 todas as ações necessárias para a implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens (SCDP) a partir de 2009. Integrado aos principais sistemas de gestão pública, como o Siafi, o Siape, o Siorg, o Sidorf e o Siasg, o SCDP, além da modernidade das ações no serviço público, apresenta-se como uma nova e importante ferramenta para o controle interno e externo de diárias e passagens.

Ainda ressalta-se que a localização geográfica de Pelotas também acabou impondo a emissões de várias diárias em finais de semana no presente ano, principalmente em situações em que o servidor precisa estar no evento na manhã de segunda-feira ou retornar de eventos que terminam na tarde de sexta-feira, uma vez que o aeroporto da cidade não atende viagens para fora do Estado.

e) Energia elétrica

Em 2008 foi finalizado o projeto para a construção de uma nova subestação de energia para a Unidade Pelotas. O extremo calor a que vem sendo submetida a região sul do Estado, aliado ao aumento de equipamentos elétricos na Instituição, são alguns dos fatores que colaboraram para o crescimento no consumo de energia elétrica nos últimos anos, fazendo com que a atual subestação sofresse alguns problemas operacionais durante os meses de calor mais intenso. A previsão de edificação da nova subestação é o segundo semestre de 2009.

Ressalta-se que a Instituição mantém o foco na tentativa de diminuição do consumo de energia, mediante a troca de equipamentos por outros mais modernos, de menor consumo (como reatores eletrônicos, condicionadores de ar da linha split, monitores de LCD).

f) Processos licitatórios

O crescente volume de processos licitatórios ao longo dos últimos anos, principalmente em função da expansão da rede federal de ensino, bem como a necessidade

de acompanhamento de novas legislações, têm objetivado constantes ações referentes à melhoria dos procedimentos internos e externos da Instituição quanto aos processos de compras. Em 2008, foram realizados 13 convites, 144 dispensas de licitação, 185 pregões eletrônicos e 06 tomadas de preços. Sempre que possível, os processos das diversas Unidades foram realizados em conjunto, objetivando economia e agilidade para a administração.

Assim, quanto à estrutura organizacional, neste ano destaca-se a lotação de 04 novos servidores na Assessoria de Licitações, criada em 2007 junto a Diretoria de Administração e de Planejamento. Quanto à capacitação, destaca-se a participação de servidores no III Congresso Brasileiro de Pregoeiros e a realização de contratação de empresa para a capacitação interna de diversos servidores sobre a Instrução Normativa nº 02/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que disciplina a contratação de serviços, continuados ou não, por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais. Essas estratégias foram fundamentais para a obtenção de maior agilidade e o melhor desenvolvimento dos processos licitatórios da Instituição.

2.3 Programas

O orçamento autorizado do CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS, CEFET-RS, para o exercício financeiro de 2008, conforme Lei nº 11.647 de 24/03/2008, foi de R\$ 61.387.657,00. Contudo, o total de créditos orçamentários disponibilizados a Instituição, em 2008, totalizaram R\$ 85.734.593,22, do qual foi executado o montante de R\$ 84.720.571,46, correspondente a 98,82%. Essa alteração tem como base principal os cancelamentos e as suplementações determinadas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do MEC, que atingiram, principalmente, as dotações referentes à pessoal ativo, inativo e temporário e benefícios (nas quais devem ser destacados os recursos disponíveis para a implantação da nova carreira dos servidores docentes).

A análise da Tabela 5 demonstra que do orçamento executado, 70,98% foram destinados a atender despesas do grupo de pessoal e encargos sociais (ativos, inativos, pensionistas e professores substitutos); 13,65% foram destinados a atender despesas de outros custeios (pagamentos dos benefícios aos servidores e seus dependentes, e manutenção da Instituição) e 15,37% foram destinados a atender despesas de capital (obras e instalações, equipamentos e material permanente).

Cabe ressaltar que, do valor de R\$ 11.566.462,99 (13,65%) executado na rubrica *Outros Custeios*, R\$ 9.695.684,56 (11,44%) foram destinados a atender despesas com manutenção, e o valor de R\$ 1.870.778,43 (2,21%) destinado ao atendimento de benefícios aos servidores e seus dependentes.

Tabela 5 – Orçamento 2008 (valores em R\$)

	Pessoal		Outros Custeios		Capital		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento Autorizado	60.481.159,00	70,55	11.799.396,53	13,76	13.454.037,69	15,69	85.734.593,22	100
Orçamento Executado	60.129.286,52	70,98	11.566.462,99	13,65	13.024.821,95	15,37	84.720.571,46	100
Saldo Não Executado	351.872,48	-	232.933,54	-	429.215,74	-	1.014.021,76	-
Percentual Executado por tipo de despesa	-	99,42	-	98,03	-	96,81	-	98,82

Do orçamento autorizado foram executados R\$ 84.720.571,46, sendo R\$ 72.433.976,48 provenientes da fonte de recursos do Tesouro/União, correspondendo a 85,50% do total; R\$ 198.144,00 provenientes de recursos Diretamente Arrecadados, correspondendo a 0,23 % do total; R\$ 12.088.450,98 provenientes de convênios, correspondendo a 14,27 % do total, conforme tabelas abaixo.

Tabela 6 – Fonte de recursos do orçamento 2008 (valores em R\$)

Fonte de Recurso	Valor Executado	Percentual (%)
Tesouro – 100/112/153 156/169/300	72.433.976,48	85,50
Diretamente Arrecadados – 250 e 281	198.144,00	0,23
Convênios/Repasses-100/112/112	12.088.450,98	14,27
TOTAL	84.720.571,46	100

Tabela 7 – Demonstrativo sintético da despesa realizada por fontes (valores em R\$)

Elemento de Despesa	Tesouro	Recursos Próprios	Transferências	Total
TOTAL – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.129.286,52	-	-	60.129.286,52
31900000 Aplicações Diretas	53.056.859,36	-	-	53.056.859,36
31900100 Aposentadorias e reformas	13.396.920,57	-	-	13.396.920,57
31900300 Pensões	2.189.965,49	-	-	2.189.965,49
31900400 Contratação por tempo Determinado	2.401.851,15	-	-	2.401.851,15
31900800 Outros benefícios assistenciais	6.571,25	-	-	6.571,25
31901100 Vencimentos e vantagens fixas – P. Civil	32.963.548,10	-	-	32.963.548,10
31901600 Outras despesas variáveis -	115.301,94	-	-	115.301,94

Elemento de Despesa	Tesouro	Recursos Próprios	Transferências	Total
Pessoal Civil				
31909100 Sentenças Judiciais	1.559.951,15	-	-	1.559.951,15
31909200 Despesas exercícios anteriores	422.749,71	-	-	422.749,71
31910000 Aplicações Diretas - Op. Intra orçamentárias	7.072.427,16	-	-	7.072.427,16
31911300 Obrigações Patronais - Op. Intra Orçamentárias	7.072.427,16	-	-	7.072.427,16
TOTAL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.354.689,96	198.144,00	1.013.629,03	11.566.462,99
33900000 Aplicações Diretas	10.071.299,97	195.480,00	1.013.629,03	11.280.409,00
33900800 Outros Benefícios Assistenciais	85.145,00	-	-	85.145,00
33901400 Diárias - P. Civil	219.363,47	-	11.020,47	230.383,94
33901800 Auxílio Financeiro a Estudantes	814.824,07	-	162.156,00	976.980,07
33902000 Auxílio Financeiro a Pesquisadores	-	9.670,00	40.400,00	50.070,00
33903000 Material de Consumo	1.319.414,55	-	637.455,84	1.956.870,39
33903300 Passagens e Despesas Locomoção	170.656,47	-	19.278,52	189.934,99
33903600 Outros Serviços Terceiros - P. Física	95.159,40	-	10.340,16	105.499,56
33903700 Locação de Mão-de-Obra	2.987.545,76	8.528,24	-	2.996.074,00
33903900 Outros Serv. Terceiros - P. Jurídica	1.714.803,69	177.281,76	130.910,00	2.022.995,45
33904600 Auxílio Alimentação	1.131.117,81	-	-	1.131.117,81
33904700 Obrigações Tributárias e Contributivas	2.090,00	-	2.068,04	4.158,04
33904900 Auxílio Transporte	654.515,62	-	-	654.515,62
33909300 Indenizações e Restituições	876.664,13	-	-	876.664,13
33910000 Aplicações diretas op. intraorçamentárias	283.389,99	2.664,00	-	286.053,99
33913900 Outros Serv. Terceiros P. Jurídica Operação intraorçamentária	283.389,99	-	-	283.389,99
33914700 Obrigações Tributárias e Contribuições operacionais intraorçamentária	-	2.664,00	-	2.664,00
TOTAL INVESTIMENTOS	1.950.000,00	-	11.074.821,95	13.024.821,95
44905100 Obras e Instalações	533.442,90	-	9.800.950,01	10.334.392,91
44905200 Equipamentos e Material Permanente	1.416.557,10	-	1.273.871,94	2.690.429,04
TOTAL GERAL	72.433.976,48	198.144,00	12.088.450,98	84.720.571,46

A Tabela 8 apresenta a identificação dos programas governamentais e/ou das ações administrativas do plano de ação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, vinculados aos recursos executados no ano de 2008.

Tabela 8 – Programas de governo (valores em R\$)

PROGRAMA DE GOVERNO	RECURSOS EXECUTADOS				TOTAL DO PROGRAMA
	TESOURO		RECURSOS PRÓPRIOS	TRANSFERÊNCIAS	
	PESSOAL	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	
Pagamento de Aposentadoria a Servidores Civis 1968/09.272.0089.0181.0043	16.360.605,11	-	-	-	16.360.605,11
Auxílio Alimentação aos	-	1.131.117,81	-	-	1.131.117,81

PROGRAMA DE GOVERNO	RECURSOS EXECUTADOS				
	TESOURO		RECURSOS PRÓPRIOS	TRANSFERÊNCIAS	TOTAL DO PROGRAMA
	PESSOAL	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	
Servidores e Empregados 1964/12.306.0750.2012.0043					
Auxílio Transporte aos Servidores 1965/12.331.0750.2011.0043	-	654.515,62	-	-	654.515,62
Funcionamento da Educação Profissional 1966/12.363.1062.2992.0043	36.696.254,25	-	-	-	36.696.254,25
Implementação e Manutenção do Sistema – Nacional 020882/12.363.1062.20AW.0001	-	-	-	66.379,30	66.379,30
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores 1971/12.365.0750.2010.0043	-	85.145,00	-	-	85.145,00
Contribuição da União e Aut. 1963/12.122.1062.09HB.0001	7.072.427,16	-	-	-	7.072.427,16
Funcionamento da Educação Profissional 1969/12.363.1062.2992.0043	-	9.589.243,34	198.144,00	-	9.787.387,34
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes 13864/12.301.0750.2004.0043	-	844.668,19	-	-	844.668,19
Fomento ao Desenvolvimento da Educação Aquisição de Equipamentos 008318/12363106263800114	-	-	-	414.936,09	414.936,09
Concessão Manutenção Bolsa Estudo-Nacional 3128/12.364.1375.0487.0001	-	-	-	83.856,00	83.856,00
Fomento ao Desenvolvimento da Educação Nacional 1744/12.363.1062.6380.0001	-	-	-	1.129.709,57	1.129.709,57
Reestruturação da Rede Federal de Educação - Nacional 020884/12363106286500001	-	-	-	400.000,00	400.000,00
Capacitação e Formação Inicial e Continuada - Nacional 021125/121281061842900001	-	-	-	557.668,79	557.668,79
Gestão Adm. Programas Nacional 1714/12.122.1067.2272.0001	-	-	-	4.395,42	4.395,42
Expansão da Rede Federal de Educação Nacional 13838/12.363.1062.1H10.0001	-	-	-	9.400.950,01	9.400.950,00
Capacitação de Recursos Humano da Educação Nacional 020883/12363106263580001	-	-	-	22.031,72	22.031,72
Capacitação e Formação Inicial e Continuada - nacional 021032/121281061842900001	-	-	-	8.524,08	8.524,08
TOTAIS	60.129.286,52	12.304.689,96	198.144,00	12.088.450,98	84.720.571,46

Os programas derivados da elaboração da proposta orçamentária anual da Instituição são os mais importantes, uma vez que, mediante esses, se concretiza sua razão de existir. Assim, podem ser destacados os programas 1062 – Desenvolvimento da

Educação Profissional e Tecnológica – e 0750 – Apoio Administrativo, como os mais significativos para a manutenção e o crescimento institucional.

Considerando que os programas oriundos de transferência de recursos possuem plano de trabalho próprio, sendo submetidos à apreciação do governo ao longo do exercício, serão apresentados todos os programas e ações governamentais a cargo do CEFET-RS – com base no plano de metas para 2008 – monitorados pelo Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC), acessado em <http://simec.mec.gov.br>.

2.3.1 Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tabela 9 – Dados gerais do Programa 0089

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Objetivo específico	<i>Não consta no SIMEC</i>
Gerente do Programa	<i>Não consta no SIMEC</i>
Gerente Executivo	<i>Não consta no SIMEC</i>
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	A UJ conta apenas com Coordenador de Ação
Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União. Taxa de Participação da União no Custeio da Previdência dos Servidores Públicos Federais.
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

2.3.1.1 Principais Ações do Programa

Este programa é materializado pela Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis. A importância desta ação reside em assegurar os benefícios previdenciários, legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

2.3.1.1.1 Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Tabela 10 – Dados gerais da Ação 0181

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a

	aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	<i>Não consta no SIMEC</i>
Unidades executoras	26214 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Administração e de Planejamento Diretoria de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação. Art. 1º do Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 312, de 30 de março de 2007, publicada no DOU de 02 de abril de 2007.

A meta física para o ano de 2008, não cumulativa, era o pagamento de 328 aposentadorias e pensões, sendo atingido o máximo de 347 (105,79%). As informações lançadas no SIMEC pelo Coordenador da Ação foram mensalmente informadas pela Diretoria de Recursos Humanos. Ressalta-se que os recursos são acompanhados e gerenciados pela SPO/MEC, que determinou a suplementação do crédito necessário em função do aumento do quantitativo de servidores da Instituição (principalmente em função da implantação da nova carreira dos servidores docentes). Os dados financeiros da ação são apresentados na Tabela 11, enquanto o acompanhamento do resultado físico-financeiro, a cada mês, pode ser verificado no Gráfico de Execução 1. Pelo exposto, verifica-se que esta ação foi executada com excelente desempenho, atingindo um índice de 100% do orçamento previsto mais créditos adicionais, garantindo o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo e aos seus pensionistas.

Tabela 11 – Dados financeiros da Ação 0181 (valores em R\$)

Dotação inicial	Dotação (Lei + Créditos)	Empenhado	Liquidado	Pago
14.423.135,00	16.432.078,00	16.360.605,11	16.360.605,11	16.360.605,11



Os elementos de despesa da ação podem ser identificados pelas rubricas elencadas na Tabela 12. A única fonte de financiamento são os recursos orçamentários da ação 0181.

Tabela 12 – Elementos de despesa da Ação 0181 (valores em R\$)

Elemento de despesa	Valor
31900100 – Aposentadorias e reformas	13.396.920,57
31900300 – Pensões	2.189.965,49
31909100 – Sentenças Judiciais	636.989,82
31909100 – Sentenças Judiciais	22.477,98
31909200 – Despesas Exercícios Anteriores	114.251,25

Os recursos materiais utilizados na ação envolveram basicamente o uso de utensílios de escritório e de material de expediente para a coleta, o processamento, o lançamento e o controle das informações referentes ao pagamento de aposentadorias e pensões. Os recursos humanos envolvidos na execução da ação são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 13 – Recursos humano na execução da Ação 0181

Setor	Número de servidores
Direção Geral	02
Gabinete da Direção	03
Diretoria de Recursos Humanos	02
Coordenação de Legislação e Normas	03
Coordenação de Cadastro e Pagamento de Pessoal	09
Diretoria de Administração e de Planejamento	01
Gerência de Administração	04
Coordenação de Controle Orçamentário	03
Coordenação de Contabilidade	06
Coordenação Financeira	06

Como qualificação dos servidores para a execução da ação, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, ressalta-se que Instituição fez-se presente em todos os eventos de capacitação oferecidos pelo governo, com destaque àqueles envolvendo os sistemas SIAFI e SIAPE. Além disso, incentivou e apoiou os servidores em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais, mediante projetos de capacitação desenvolvidos junto a Diretoria de Recursos Humanos.

2.3.2 Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Tabela 14 – Dados gerais do Programa 1062

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.
Objetivo específico	<i>Não consta no SIMEC</i>
Gerente do Programa	<i>Eliezer Moreira Pacheco</i>
Gerente Executivo	<i>Getúlio Marques Ferreira</i>
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	A UJ conta com Coordenador de Ação
Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa	Número-índice de matrículas iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico.
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.

2.3.2.1 Principais Ações do Programa

Este programa é materializado pelas Ações 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – e 2992 – Funcionamento da Educação Profissional. A importância destas ações reside na manutenção das atividades desenvolvidas pela Instituição e na criação de possibilidades de ampliação da oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico.

2.3.2.1.1 Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tabela 15 – Dados gerais da Ação 09HB

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	<i>Não consta no SIMEC</i>
Unidades executoras	26214 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Administração e de Planejamento Diretoria de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação. Art. 1º do Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 312, de 30 de março de 2007, publicada no DOU de 02 de abril de 2007.

Os resultados dessa ação podem ser acompanhados com base nos dados financeiros do exercício de 2007, apresentados na Tabela 16. Ressalta-se que os recursos são acompanhados e gerenciados pela SPO/MEC, que determinou a suplementação do crédito necessário em função do aumento do quantitativo de servidores da Instituição. O acompanhamento do resultado físico-financeiro, a cada mês, pode ser verificado no Gráfico de Execução 2. Pelo exposto, verifica-se que esta ação foi executada com excelente desempenho, atingindo um índice de 100% do orçamento previsto mais créditos adicionais, garantindo o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

Tabela 16 – Dados financeiros da Ação 09HB (valores em R\$)

Dotação inicial	Dotação (Lei + Créditos)	Empenhado	Liquidado	Pago
5.328.487,00	7.109.586,00	7.072.427,16	7.072.427,16	7.072.427,16



O elemento de despesa da ação pode ser identificado pela rubrica 31911300 – Obrigações Patronais - Operações Intra-orçamentárias. A única fonte de financiamento são os recursos orçamentários da ação 09HB.

Os recursos materiais utilizados na ação envolveram basicamente o uso de utensílios de escritório e de material de expediente para a coleta, o processamento, o lançamento e o controle das informações referentes ao custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais. Os recursos humanos envolvidos na execução da ação são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 17 – Recursos humanos na execução da Ação 09HB

Setor	Número de servidores
Direção Geral	02
Gabinete da Direção	03
Diretoria de Recursos Humanos	02
Coordenação de Cadastro e Pagamento de Pessoal	09
Diretoria de Administração e de Planejamento	01
Gerência de Administração	04
Coordenação de Controle Orçamentário	03
Coordenação de Contabilidade	06
Coordenação Financeira	06

Como qualificação dos servidores para a execução da ação, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, ressalta-se que Instituição fez-se presente em todos os eventos de capacitação oferecidos pelo governo, com destaque àqueles envolvendo os sistemas SIAFI e SIAPE. Além disso, incentivou e apoiou os servidores em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais, mediante projetos de capacitação desenvolvidos junto a Diretoria de Recursos Humanos

2.3.2.1.2 Ação 2992 - Funcionamento da Educação Profissional

Tabela 18 – Dados gerais da Ação 2992

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.
Descrição	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, assegurando condições de funcionamento, atingimento dos objetivos da atividade-fim - processos de ensino e aprendizagem.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	<i>Não consta no SIMEC</i>
Unidades executoras	26214 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Administração e de Planejamento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Instituição de Educação Superior, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Parágrafo 1º do art. 1º do Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 312, de 30 de março de 2007, publicada no DOU de 02 de abril de 2007.

O indicador desta ação é aluno matriculado (em unidade). A meta prevista para 2008 era de 5.601 alunos matriculados, tendo sido alcançado a quantidade de 5.937 alunos. As informações lançadas no SIMEC pelo Coordenador da Ação foram mensalmente informadas pela Pesquisadora Institucional. Ressalta-se que os recursos com despesa com pessoal são acompanhados pela SPO/MEC, que determinou a suplementação do crédito necessário principalmente em função do aumento do quantitativo de servidores da Instituição e do novo plano de carreira dos servidores docentes. Os dados financeiros da ação são apresentados na Tabela 19 enquanto o acompanhamento do resultado físico-financeiro, a cada mês, pode ser verificado no Gráfico de Execução 3. Pelo exposto, verifica-se que esta ação foi executada com excelente desempenho, atingindo um índice de 100% do orçamento previsto mais créditos adicionais, garantindo o pagamento dos servidores ativos, das despesas de manutenção e de investimentos (obras e equipamentos) necessário para o funcionamento e a melhoria da Instituição. Além disso, o aumento de alunos matriculados, para além da meta de 2008, demonstra o compromisso institucional com seu papel social: oferta de educação profissional e tecnológica.

Tabela 19 – Dados financeiros da Ação 2992 (valores em R\$)

Dotação inicial	Dotação (Lei + Créditos)	Empenhado	Liquidado	Pago
38.501.399,00	46.736.401,00	46.483.641,59	44.886.824,55	44.727.670,64



Os elementos de despesa da ação podem ser identificados pelas rubricas da Tabela 20. As fontes de financiamento são os recursos orçamentários da fonte do tesouro e da fonte de recursos próprios destinados à Ação 2992. Conforme pode ser verificado na tabela, a maior parte dos gastos envolve as despesas com servidores ativos, com locação de mão-de-obra (prestação do serviço limpeza, vigilância e outros), com outros serviços de terceiros (fornecimento de água, luz, telefonia móvel e fixa, internet e outros), com auxílio

financeiro a estudantes, além dos investimentos em obras e equipamentos. Os recursos desta ação mantêm vinculação direta com as realizações apresentadas no item 2.2 deste relatório.

Tabela 20 – Dados financeiros da Ação 2992 (valores em R\$)

Elemento de despesa	Valor
31901100 – Venc. e vantagens fixas – P. Civil	32.963.548,10
33901400 – Diárias – P. Civil	219.363,47
33901800 – Auxílio Financeiro a Estudantes	814.824,07
33903000 – Material de Consumo	1.319.414,55
33903300 – Passagens e Despesas Locomoção	170.656,47
33903600 – Outros Serviços Terceiros – P. Física	95.159,40
33903700 – Locação de Mão-de-Obra	2.987.545,76
33903900 – Outros Serv. Terceiros – P. Jurídica	1.714.803,69
33904700 – Obrigações Tributárias e Contributivas	2.090,00
33913900 – Outros Serv. Terceiros P. Jurídica Operação intra orçamentária	283.389,99
44905100 – Obras e Instalações	533.442,90
44905200 – Equipamentos e Material Permanente	1.416.557,10

A adequação dos gastos com diárias e passagens pode ser analisada com base nos seguintes fatos:

- a) o CEFET-RS tem administração central e sua maior Unidade de Ensino localizadas em Pelotas, cidade distante, aproximadamente, 300 quilômetros do centro industrial do Estado do Rio Grande do Sul, considerado a Grande Porto Alegre. Assim, grande maioria das demandas administrativas e de ensino desta IFE passa pela capital do Estado, como as representações junto a órgãos e entidades da região, as visitas de estudo técnicos dos alunos às empresas, as capacitações de servidores.
- b) o acréscimo de Unidades, com o funcionamento das Unidades Charqueadas e Passo Fundo a partir de 2006 e as viagens para tratativas e fiscalização das obras para a implantação das Unidades de Bagé, Camaquã e Venâncio Aires, o que aumentou consideravelmente o número de viagens.

Pelo exposto, evidencia-se a previsão de que os gastos com diárias e passagens tendem a crescer ao longo de cada exercício, uma vez que a Instituição vem cada vez mais expandindo suas ações no território gaúcho.

Os recursos materiais disponibilizados nesta ação envolvem todos aqueles relativos à manutenção (material de expediente, combustíveis, alimentos, material elétrico, etc) e aos investimentos (equipamentos de tecnologia, de climatização, mobiliário, veículos,

etc) utilizados para a movimentação da estrutura física da Instituição. Os recursos humanos utilizados na ação podem ser considerados a totalidade dos servidores da Instituição, com 370 servidores docentes envolvidos em ações finalísticas e 303 servidores técnico-administrativos envolvidos em ações de suporte, uma vez que o trabalho de cada um deles contribui para o funcionamento da atividade educativa.

Como qualificação dos servidores para a execução da ação, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, ressalta-se todos os projetos de capacitação aprovados registrados na Diretoria de Recursos Humanos no presente ano. Foram aproximadamente 800 projetos envolvendo a participação de servidores em cursos de graduação, pós-graduação, capacitações e eventos.

2.3.3 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tabela 21 – Dados gerais do Programa 0750

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos específicos	<i>Não consta no SIMEC</i>
Gerente do Programa	<i>Não consta no SIMEC</i>
Gerente Executivo	<i>Não consta no SIMEC</i>
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	A UJ conta apenas com Coordenador de Ação
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<i>Não consta no SIMEC</i>
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.3.1 Principais Ações do Programa

Este programa é materializado pelas Ações 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, e 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados. A importância destas ações reside em assegurar meios administrativos para a implementação e gestão do programa de desenvolvimento da educação profissional e tecnológica.

2.3.3.1.1 Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tabela 22 – Dados gerais da Ação 2004

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	<i>Não consta no SIMEC</i>
Unidades executoras	26214 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Administração e de Planejamento Diretoria de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação. Art. 1º do Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 312, de 30 de março de 2007, publicada no DOU de 02 de abril de 2007.

O indicador desta ação é pessoa beneficiada. A meta prevista para 2008 era de 1.631 pessoas beneficiadas, sendo atingida a quantidade de 1.477 pessoas beneficiadas no mês de dezembro. As informações lançadas no SIMEC pelo Coordenador da Ação foram mensalmente informadas pela Diretoria de Recursos Humanos. Ressalta-se que os recursos são acompanhados e gerenciados pela SPO/MEC, que determinou a suplementação do crédito necessário em função dos aumentos do quantitativo de servidores da Instituição e do valor do benefício. O valor para aos servidores e seus dependentes, a título de restituição da despesa, foi de R\$ 55,00 no primeiro semestre e de R\$ 60,00 no segundo, conforme orientação do MEC.

Os dados financeiros da ação são apresentados na Tabela 23, enquanto o acompanhamento do resultado físico-financeiro, a cada mês, pode ser verificado no Gráfico de Execução 4. Pelo exposto, verifica-se que esta ação foi executada com excelente desempenho, atingindo um índice de 100% do orçamento previsto mais créditos adicionais, garantindo o benefício a todos os servidores.

Tabela 23 – Dados financeiros da Ação 2004 (valores em R\$)

Dotação inicial	Dotação (Lei + Créditos)	Empenhado	Liquidado	Pago
822.131,00	961.131,00	844.668,19	844.668,19	844.668,19



O elemento de despesa da ação pode ser identificado pela rubrica 33909308 – Ressarcimento Assistência Médica/Odontológica. A única fonte de financiamento são os recursos orçamentários da fonte do tesouro destinados à Ação 2004.

Os recursos materiais utilizados na ação envolveram basicamente o uso de utensílios de escritório e de material de expediente para a coleta, o processamento, o lançamento e o controle das informações referentes ao pagamento do benefício. Os recursos humanos envolvidos na execução da ação são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 24 – Recursos humanos na execução da Ação 2004)

Setor	Número de servidores
Direção Geral	02
Gabinete da Direção	03
Diretoria de Recursos Humanos	02
Coordenação de Legislação e Normas	03
Coordenação de Cadastro e Pagamento de Pessoal	09
Diretoria de Administração e de Planejamento	01
Gerência de Administração	04
Coordenação de Controle Orçamentário	03
Coordenação de Contabilidade	06
Coordenação Financeira	06

Como qualificação dos servidores para a execução da ação, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, ressalta-se que Instituição fez-se presente em todos os eventos de capacitação oferecidos pelo governo, com destaque àqueles envolvendo os sistemas SIAFI e SIAPE. Além disso, incentivou e apoiou os servidores em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais, mediante projetos de capacitação desenvolvidos junto a Diretoria de Recursos Humanos

2.3.3.1.2 Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tabela 25 – Dados gerais da Ação 2010

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	<i>Não consta no SIMEC</i>
Unidades executoras	26214 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Administração e de Planejamento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação. Art. 1º do Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 312, de 30/03/2007, publicada no DOU de 02/04/2007.

O indicador desta ação é criança de 0 a 6 anos atendida (em unidade). A meta prevista era de 87 crianças atendidas, tendo sido atendido o total de 114 crianças (131,03%). As informações lançadas no SIMEC pelo Coordenador da Ação foram mensalmente informadas pela Diretoria de Recursos Humanos. Ressalta-se que os recursos são acompanhados e gerenciados pela SPO/MEC, que determinou a suplementação do crédito necessário em função do aumento do quantitativo de servidores da Instituição. Os dados financeiros da ação são apresentados na Tabela 26, enquanto o acompanhamento do resultado físico-financeiro, a cada mês, pode ser verificado no Gráfico de Execução 5. Pelo exposto, verifica-se que esta ação foi executada com excelente desempenho, atingindo um índice de 100% do orçamento previsto mais créditos adicionais, garantindo o benefício a todos os servidores.

Tabela 26 – Dados financeiros da Ação 2010 (valores em R\$)

Dotação inicial	Dotação (Lei + Créditos)	Empenhado	Liquidado	Pago
84.145,00	85.145,00	85.145,00	85.145,00	85.145,00



O elemento de despesa da ação pode ser identificado pela rubrica 33900800 – Outros Benefícios Assistenciais. A única fonte de financiamento são os recursos orçamentários do tesouro destinados à Ação 2010.

Os recursos materiais utilizados na ação envolveram basicamente o uso de utensílios de escritório e de material de expediente para a coleta, o processamento, o lançamento e o controle das informações referentes da assistência pré-escolar. Os recursos humanos envolvidos na execução da ação são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 27 – Recursos humanos na execução da Ação 2010

Setor	Número de servidores
Direção Geral	02
Gabinete da Direção	03
Diretoria de Recursos Humanos	02
Coordenação de Legislação e Normas	03
Coordenação de Cadastro e Pagamento de Pessoal	09
Diretoria de Administração e de Planejamento	01
Gerência de Administração	04
Coordenação de Controle Orçamentário	03
Coordenação de Contabilidade	06
Coordenação Financeira	06

2.3.3.1.3 Ação 2011 – Auxílio -Transporte aos Servidores e Empregados

Tabela 28 – Dados gerais da Ação 2011

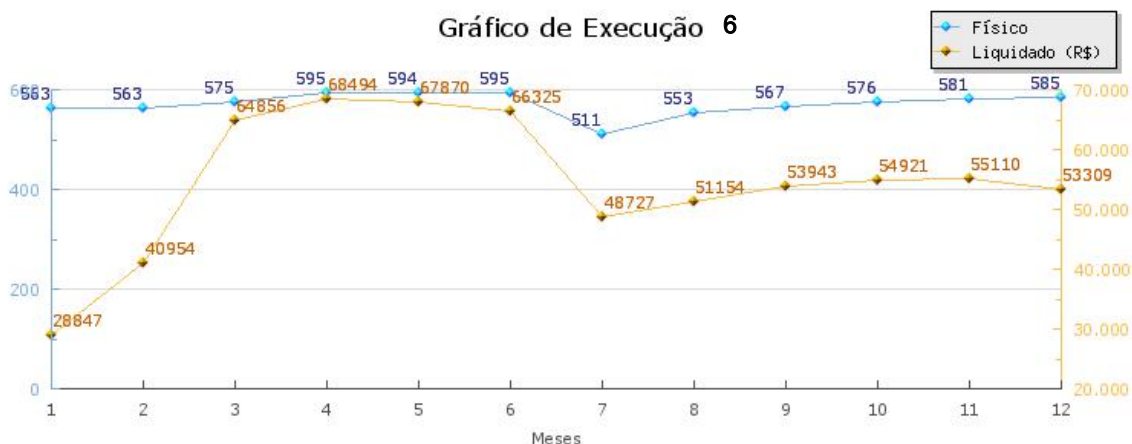
Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e

	sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	<i>Não consta no SIMEC</i>
Unidades executoras	26214 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Administração e de Planejamento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação. Art. 1º do Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 312, de 30 de março de 2007, publicada no DOU de 02 de abril de 2007.

O indicador desta ação é servidor beneficiado (em unidade). A meta prevista era de 571 servidores, tendo sido atendido o total de 595 servidores. As informações lançadas no SIMEC pelo Coordenador da Ação foram mensalmente informadas pela Diretoria de Recursos Humanos. Ressalta-se que os recursos são acompanhados e gerenciados pela SPO/MEC, que determinou a suplementação do crédito necessário em função do aumento do quantitativo de servidores da Instituição. Os dados financeiros da ação são apresentados na Tabela 28, enquanto o acompanhamento do resultado físico-financeiro, a cada mês, pode ser verificado no Gráfico de Execução 6. Pelo exposto, verifica-se que esta ação foi executada com excelente desempenho, atingindo um índice de 100% do orçamento previsto mais créditos adicionais, garantindo o benefício a todos os servidores.

Tabela 28 – Dados financeiros da Ação 2011 (valores em R\$)

Dotação inicial	Dotação (Lei + Créditos)	Empenhado	Liquidado	Pago
753.204,00	753.204,00	654.515,62	654.515,62	654.515,62



O elemento de despesa da ação pode ser identificado pela rubrica 33904900 – Auxílio Transporte. A única fonte de financiamento são os recursos orçamentários da fonte do tesouro destinados à Ação 2011.

Os recursos materiais utilizados na ação envolveram basicamente o uso de utensílios de escritório e de material de expediente para a coleta, o processamento, o lançamento e o controle das informações referentes ao pagamento do auxílio. Os recursos humanos envolvidos na execução da ação são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 29 – Recursos humanos na execução da Ação 2011

Setor	Número de servidores
Direção Geral	02
Gabinete da Direção	03
Diretoria de Recursos Humanos	02
Coordenação de Legislação e Normas	03
Coordenação de Cadastro e Pagamento de Pessoal	09
Diretoria de Administração e de Planejamento	01
Gerência de Administração	04
Coordenação de Controle Orçamentário	03
Coordenação de Contabilidade	06
Coordenação Financeira	06

Como qualificação dos servidores para a execução da ação, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, ressalta-se que Instituição fez-se presente em todos os eventos de capacitação oferecidos pelo governo, com destaque àqueles envolvendo os sistemas SIAFI e SIAPE. Além disso, incentivou e apoiou os servidores em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais, mediante projetos de capacitação desenvolvidos junto a Diretoria de Recursos Humanos

2.3.3.1.4 Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

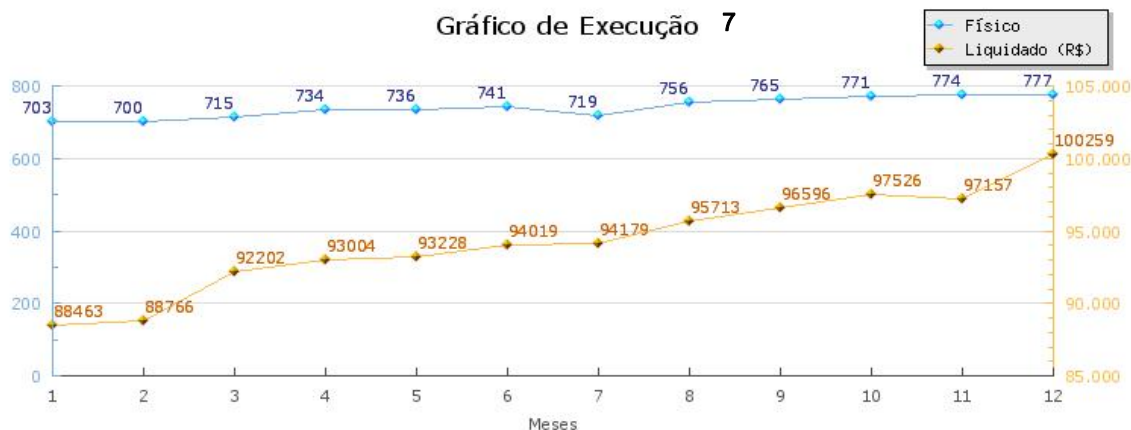
Tabela 30 – Dados gerais da Ação 2012

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou <i>ticket</i> -alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou <i>ticket</i> -alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	<i>Não consta no SIMEC</i>
Unidades executoras	26214 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Administração e de Planejamento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação. Art. 1º do Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 312, de 30 de março de 2007, publicada no DOU de 02 de abril de 2007.

O indicador desta ação é servidores beneficiados (em unidade). A meta prevista era de 696 servidores beneficiados, tendo sido alcançado o total de 777 servidores beneficiados. As informações lançadas no SIMEC pelo Coordenador da Ação foram mensalmente informadas pela Diretoria de Recursos Humanos. Ressalta-se que os recursos são acompanhados e gerenciados pela SPO/MEC, que determinou a suplementação do crédito necessário em função do aumento do quantitativo de servidores da Instituição. Os dados financeiros da ação são apresentados na Tabela 31, enquanto o acompanhamento do resultado físico-financeiro, a cada mês, pode ser verificado no Gráfico de Execução 7. Pelo exposto, verifica-se que esta ação foi executada com excelente desempenho, atingindo um índice de 100% do orçamento previsto mais créditos adicionais, garantindo o benefício a todos os servidores.

Tabela 31 – Dados financeiros da Ação 2012 (valores em R\$)

Dotação inicial	Dotação (Lei + Créditos)	Empenhado	Liquidado	Pago
1.052.853,00	1.139.285,00	1.131.117,81	1.131.117,81	1.131.117,81



O elemento de despesa da ação pode ser identificado pela rubrica 33904600 – Auxílio Alimentação. A única fonte de financiamento são os recursos orçamentários da fonte do tesouro destinados à Ação 2012.

Os recursos materiais utilizados na ação envolveram basicamente o uso de utensílios de escritório e de material de expediente para a coleta, o processamento, o lançamento e o controle das informações referentes ao pagamento do auxílio. Os recursos humanos envolvidos na execução da ação são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 32 – Recursos humanos na execução da Ação 2012 (valores em R\$)

Setor	Número de servidores
Direção Geral	02
Gabinete da Direção	03
Diretoria de Recursos Humanos	02
Coordenação de Legislação e Normas	03
Coordenação de Cadastro e Pagamento de Pessoal	09
Diretoria de Administração e de Planejamento	01
Gerência de Administração	04
Coordenação de Controle Orçamentário	03
Coordenação de Contabilidade	06
Coordenação Financeira	06

Como qualificação dos servidores para a execução da ação, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, ressalta-se que Instituição fez-se presente em todos os eventos de capacitação oferecidos pelo governo, com destaque àqueles envolvendo os sistemas SIAFI e SIAPE. Além disso, incentivou e apoiou os servidores em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais, mediante projetos de capacitação desenvolvidos junto a Diretoria de Recursos Humanos

2.3.4 Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Tabela 33 – Dados gerais do Programa 0901

Tipo de programa	Operações Especiais
Objetivo geral	Cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado.
Objetivos específicos	<i>Não consta no SIMEC</i>
Gerente do Programa	<i>Não consta no SIMEC</i>
Gerente Executivo	<i>Não consta no SIMEC</i>
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	A UJ conta com Coordenador de Ação
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<i>Não consta no SIMEC</i>
Público-alvo (beneficiários)	Servidores Públicos Federais

2.3.4.1 Principais Ações do Programa

Este programa é materializado pela Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas. A importância desta ação reside em assegurar meios administrativos para o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, devidas pelo CEFET-RS.

2.3.4.1.1 Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Tabela 34 – Dados gerais da Ação 0005

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Cumprir as Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	<i>Não consta no SIMEC</i>
Unidades executoras	26214 – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Administração e de Planejamento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação. Art. 1º do Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 312, de 30 de março de 2007, publicada no DOU de 02 de abril de 2007.

O controle dos recursos desta ação é realizado diretamente pelo governo, que descentraliza o recurso para o tribunal onde a sentença tramita. Os dados financeiros da ação são apresentados na Tabela 35, enquanto o acompanhamento do resultado físico-financeiro, a cada mês, pode ser verificado no Gráfico de Execução 8. Pelo exposto, verifica-se que esta ação foi executada com excelente desempenho, uma vez que foram garantidos recursos para o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado.

Tabela 35 – Dados financeiros da Ação 0005 (valores em R\$)

Dotação inicial	Dotação (Lei + Créditos)	Empenhado	Liquidado	Pago
422.303,00	419.479,00	419.479,00	419.479,00	419.479,00



2.4 Desempenho operacional

Este item apresenta a evolução de gastos gerais da Instituição e indicadores do desempenho operacional, representativos do esforço e da eficiência da Instituição para com as políticas governamentais.

2.4.1 Evolução de gastos gerais

A tabela abaixo demonstra que a evolução de gastos gerais vem acompanhando o aumento das despesas referentes ao crescimento institucional dos últimos anos, com a implantação de novas Unidades de Ensino.

Tabela 36 – Evolução de gastos gerais (Valore em R\$)

Descrição	Ano		
	2006	2007	2008
1. Passagens	147.562,10	106.330,17	189.934,99
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	157.091,64	159.041,26	230.383,94
3. Serviços terceirizados	4.424.293,37	7.005.043,17	5.208.928,70

3.1. Publicidade	89.939,52	92.045,00	278.453,99
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	1.661.673,67	1.956.615,96	2.067.243,24
3.3. Tecnologia da informação	48.287,00	32.609,87	90.307,40
3.4. Outras Terceirizações	2.529.927,63	4.805.634,42	2.709.828,17
3.5. Suprimento de fundos	94.465,55	118.137,92	63.095,90
4. Cartão de crédito corporativo	-	-	23.019,75
TOTAIS	4.728.947,11	7.270.414,60	5.652.267,38

2.4.2 Indicadores de desempenho

Com base no Acórdão nº 2.267/2005 do Tribunal de Contas da União, são apresentados doze indicadores que refletem o desempenho do CEFET-RS em relação a cinco aspectos da ação educativa: capacidade de oferta de vagas, eficiência e eficácia, adequação da força de trabalho docente, adequação do orçamento atribuído à instituição e perfil socioeconômico dos alunos matriculados.

2.4.2.1 Relação Candidato/Vaga (C/V)

Objetivo: quantificar a relação de candidatos por vaga ofertada para ingresso.

$$\text{Cálculo: } C/V = \frac{\text{inscrições}}{\text{vagas_ofertadas}}$$

Inscrições: número de inscrições para vestibular e processos seletivos.

Vagas Ofertadas: número de vagas em editais de oferta de vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Área Responsável pelo cálculo: Pesquisadora Institucional

Tabela 37 – Vagas oferecidas em 2008

Modalidades e Níveis de Ensino		2008									
		Unidade Pelotas		Unidade Sapucaia do Sul		Unidade Charqueadas		Unidade Passo Fundo		Total	
		1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s
Educação Profissional	Nível Técnico ¹	-	732	50	50	-	-	121	74	171	856
	Nível Técnico ²	-	-	130	-	153	-	-	-	283	-
	PROEJA ¹	-	40	-	-	-	-	-	-	-	40
	PROEJA ²	-	-	40	-	-	-	-	-	40	-
Graduação ¹		-	110	-	151	-	-	-	-	-	261
Pós-Graduação ²		55	-	-	-	-	-	-	-	55	-
Programa Especial de Formação Pedagógica ²		-	32	-	-	-	-	-	-	-	32
Total		55	914	220	201	153	-	121	74	549	1.189
¹ Regime semestral											
² Regime anual											

Tabela 38 – Inscrições nos processos de seleção por modalidade e níveis de ensino

Modalidades e Níveis de Ensino		2008								Total
		Unidade Pelotas		Unidade Sapucaia do Sul		Unidade Charqueadas		Unidade Passo Fundo		
		1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s	
Educação Profissional	Nível Técnico ¹	-	3.870	161	138	-	-	585	420	5.174
	Nível Técnico ²	-	-	1.026	-	494	-	-	-	1.520
	PROEJA ¹	-	185	-	-	-	-	-	-	185
	PROEJA ²	-	-	93	-	-	-	-	-	93
Graduação ¹		-	1.619	-	532	-	-	-	-	2.151
Pós-Graduação ²		-	140	-	-	-	-	-	-	140
Programa Especial de Formação Pedagógica ²		-	91	-	-	-	-	-	-	91
Total		-	5.905	1.280	670	494	-	585	420	9.354

¹ Regime semestral
² Regime anual

Os resultados dos cálculos da Relação Candidato/Vaga, conforme as modalidades e níveis de ensino ofertados pela Instituição em cada Unidade, podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 39 – Relação candidato/vaga em cada Unidade, conforme modalidades e níveis de ensino

Modalidades e Níveis de Ensino		Relação candidato/vaga 2008							
		Unidade Pelotas		Unidade Sapucaia do Sul		Unidade Charqueadas		Unidade Passo Fundo	
		1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s
Educação Profissional	Nível Técnico ¹	-	5,29	3,22	2,76	-	-	4,83	5,68
	Nível Técnico ²	-	-	7,89	-	3,23	-	-	-
	PROEJA ¹	-	4,65	-	-	-	-	-	-
	PROEJA ²	-	-	2,32	-	-	-	-	-
Graduação ¹		-	14,72	-	3,52	-	-	-	-
Pós-Graduação ²		-	2,54	-	-	-	-	-	-
Programa Especial de Formação Pedagógica ²		-	2,84	-	-	-	-	-	-

¹ Regime semestral
² Regime anual

Tabela 40 – Relação geral candidato/vaga

Nível		Vagas Ofertadas	Inscrições	Candidato/Vaga
Educação Profissional	Nível Técnico	1.310	6.694	5,11
	PROEJA	80	278	3,47
Graduação		261	2.151	8,24
Pós-Graduação		55	140	2,54
Programa Especial de Formação Pedagógica		32	91	2,84
Total		1.738	9.354	5,38

Tabela 41 – Acompanhamento histórico da relação geral candidato/vaga

Nível		2005	2006	2007	2008
Ensino Médio		5,76	8,18	8,79	-
Ensino Médio para Adultos		3,07	1,28	-	-
Educação Profissional	Nível Técnico	6,88	5,43	4,53	5,11
	PROEJA	-	13,27	5,80	3,47
Graduação		5,63	9,31	9,91	8,24
Pós-graduação (Especialização)		1,00	1,60	-	2,54
Programa Especial de Formação Pedagógica		1,00	1,00	-	2,84
Total		5,79	6,33	5,49	5,38

A análise histórica dos dados demonstra uma pequena variação a menor do índice geral C/V em 2008. Não houve diminuição considerável das vagas ofertadas pela Instituição em 2008, visto que em 2007 foram ofertadas 1.777 vagas. Essa mínima variação pode ser avaliada como normal, uma vez que: não há mais o alto índice de relação candidato/vaga do Ensino Médio (em regime de extinção fundamentado na volta do Ensino Médio Integrado, que aponta o encontro da Instituição com sua principal função social: ministrar ensino profissionalizante), aumento do índice do Nível Técnico, houve uma pequena diminuição do índice da Graduação e aumentou consideravelmente o índice da Pós-Graduação (ainda em seus primeiros anos). Referente à modalidade PROEJA, a diminuição constante do índice pode ser analisada a partir do final do sorteio como processo seletivo, com a consequente aplicação de prova de seleção.

2.4.2.2 Relação Ingresso/Aluno (I/A)

Objetivo: quantificar a relação de alunos ingressantes e alunos matriculados.

$$\text{Cálculo: } I/A = \frac{(\text{ingressos}) * 100}{\text{alunos_matriculados}}$$

Alunos matriculados: corresponde ao total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP / CENSO.

Ingressos: número de alunos ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Área Responsável pelo cálculo: Pesquisadora Institucional

O número de ingressos em 2008 está disposto na Tabela 37.

Tabela 42 – Número de matrículas em 2008

Modalidades e Níveis de Ensino		Matrículas 2008									
		Campus Pelotas		Campus Sapucaia do Sul		Campus Charqueadas		Campus Passo Fundo		Total	
		1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s
Ensino Médio ²		542	542	232	232	-	-	-	-	774	774
Educação Profissional	Nível Técnico ¹	2.400	2.797	179	195	-	-	230	231	2.809	3.223
	Nível Técnico ²	-	-	130	130	242	205	-	-	372	335
	PROEJA ¹	40	19	-	-	-	-	-	-	40	19
	PROEJA ²	-	-	62	62	24	24	-	-	86	86
Graduação ¹		329	426	321	432	-	-	-	-	650	858
Pós-Graduação ²		79	55							79	55
Programa Especial de Formação Pedagógica ²		-	32	-	-	-	-	-	-	-	32
TOTAL MATRÍCULAS		3.390	3.871	924	1.051	226	229	230	231	4.810	5.382

¹ Regime semestral – duas matrículas anuais
² Regime anual – uma matrícula anual (lançamento igual nos dois semestres)

Tabela 43 – Relação ingresso/aluno em cada Unidade, conforme modalidades e níveis de ensino

Modalidades e Níveis de Ensino		Relação ingresso/aluno 2008 (em %)							
		Unidade Pelotas		Unidade Sapucaia do Sul		Unidade Charqueadas		Unidade Passo Fundo	
		1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s
Educação Profissional	Nível Técnico ¹	-	25,99	27,93	25,64	-	-	52,61	32,03
	Nível Técnico ²	-	-	100	-	63,22	-	-	-
	PROEJA ¹	-	210,52	-	-	-	-	-	-
	PROEJA ²	-	-	64,52	-	-	-	-	-
Graduação ¹		-	23,81	-	34,95	-	-	-	-
Pós-Graduação ²		69,62	-	-	-	-	-	-	-
Programa Especial de Formação Pedagógica ²		-	100	-	-	-	-	-	-

¹ Regime semestral – duas matrículas anuais
² Regime anual

O índice geral da relação I/A de 2008 pode ser obtido a partir da aplicação da fórmula de cálculo com base no quantitativo total de ingressos por semestre e de matrículas por semestre.

Tabela 44 – Acompanhamento histórico da relação geral I/A

Ano	2005	2006	2007	2008	
				1º s	2º s
Índice da Relação Ingresso/Aluno	37,2%	24,46%	21,43%	11,41%	22,09%

Ressaltando que a partir do presente ano o cálculo do índice passou a ser realizado por semestre, a análise da relação ingresso/aluno demonstra diminuição do número de ingressos no primeiro semestre e aumento no segundo. Isso pode ser justificado

a partir da necessidade de acerto do calendário acadêmico da Unidade Pelotas no primeiro semestre, que vinha sendo prejudicado pela recuperação de períodos de greve dos anos anteriores. O índice do segundo semestre acompanha os índices dos anos anteriores.

2.4.2.3 Relação Concluintes/Alunos (CO/A)

Objetivo: quantificar a relação de alunos concluintes e alunos matriculados.

$$\text{Cálculo: } CO/A = \frac{(\text{concluintes}) * 100}{\text{alunos_matriculados}}$$

Alunos matriculados: corresponde ao total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP / CENSO.

Concluinte: número de alunos que integralizaram os créditos e estão aptos a colar grau.

Área Responsável pelo cálculo: Pesquisadora Institucional

O número de alunos matriculados em 2008 está disposto na Tabela 42.

Tabela 45 – Total de alunos concluintes em 2008

Modalidades e Níveis de Ensino		Concluintes 2008									
		Unidade Pelotas		Unidade Sapucaia do Sul		Unidade Charqueadas		Unidade Passo Fundo		Total	
		1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s
Ensino Médio ²		293	293	96	96	-	-	-	-	389	389
Educação Profissional	Nível Técnico ¹	371	320	11	35	-	-	-	-	382	355
	Nível Técnico ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PROEJA ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PROEJA ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Graduação ¹		28	34	1	18	-	-	-	-	29	52
Pós-Graduação ²		24	-	-	-	-	-	-	-	24	-
Programa Especial de Formação Pedagógica ²		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		716	647	108	149	-	-	-	-	824	796
¹ Regime semestral											
² Regime anual											

Tabela 46 – Relação CO/A em cada Unidade, conforme modalidades e níveis de ensino

Modalidades e Níveis de Ensino		2008							
		Unidade Pelotas		Unidade Sapucaia do Sul		Unidade Charqueadas		Unidade Passo Fundo	
		1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s	1º s	2º s
Ensino Médio ²		54,06	54,06	41,38	41,38	-	-	-	-
Educação Profissional	Nível Técnico ¹	15,46	11,44	6,15	17,95	-	-	-	-
	Nível Técnico ²	-	-	-	-	-	-	-	-
	PROEJA ²	-	-	-	-	-	-	-	-
Graduação ¹		8,51	7,98	0,31	4,17	-	-	-	-
Pós-Graduação ²		30,38	-	-	-	-	-	-	-
Programa Especial de Formação Pedagógica ²		-	-	-	-	-	-	-	-
¹ Regime semestral									
² Regime anual									

O índice geral da relação CO/A de 2008 pode ser obtido a partir da aplicação da fórmula de cálculo com base no quantitativo total de concluintes por semestre e de matrículas por semestre.

Tabela 47 – Acompanhamento histórico da relação geral CO/A

Ano	2005	2006	2007	2008	
				1º s	2º s
Índice da Relação Concluinte/Aluno	23,43%	17,98%	13,24%	17,13%	14,79%

Ressaltando que a partir do presente ano o cálculo do índice passou a ser realizado por semestre. A análise da relação concluintes/alunos apresenta uma diminuição do índice no segundo semestre de 2008, justificada pelo aumento de matrículas.

2.4.2.4 Índice de Eficiência Acadêmica – concluintes (IEA)

Objetivo: quantificar a eficiência da IFE por modalidade de ensino.

$$\text{Cálculo: } IEA = \frac{\left(\sum de_concluintes_por_modalidade \right) * 100}{\sum ingressos_ocorridos_por_modalidade}$$

Concluinte: número de alunos que integralizaram os créditos e estão aptos a colar grau.

Ingressos: número de alunos que ingressaram em semestres/anos com a perspectiva de conclusão em 2008, nas diversas modalidades.

Área Responsável pelo cálculo: Diretorias das Unidades

Tabela 48 – Índice de eficiência acadêmica

Modalidade	Concluintes	Ingressos	Eficiência Acadêmica
Médio	256	330	77,57%
Técnico	535	904	59,18%
Superior	61	210	29,04%
Pós-Graduação	24	47	51,06%
TOTAL	876	1.491	58,75%

Tabela 49 – Acompanhamento histórico do IEA

Modalidade	2005	2006	2007	2008
Médio	62,53%	79,75%	73,66%	77,57%
Técnico	49,22%	47,48%	55,38%	59,18%
Superior	37%	14,19%	28,8%	29,04%
Pós-graduação	-	-	-	51,06%

A análise do acompanhamento histórico do IEA aponta para pequeno aumento no índice de eficiência acadêmica do ensino médio, técnico e superior. O primeiro índice dos cursos de pós-graduação aponta para a formatura de praticamente metade da primeira turma.

2.4.2.5 Índice de Retenção do Fluxo Escolar (IRFE)

Objetivo: quantificar a relação de retenção escolar (reprovação + trancamento) e alunos matriculados.

$$\text{Cálculo: } IRFE = \frac{(\text{reprovação} + \text{trancamento}) * 100}{\text{alunos_matriculados}}$$

Alunos matriculados: corresponde ao total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP / CENSO.

Reprovação + trancamento: número de alunos que trancaram o curso ou foram reprovados (retenção escolar).

Área Responsável pelo cálculo: Diretoria das Unidades

O número de reprovação e trancamento no primeiro semestre totalizou 537 matrículas no primeiro semestre e 705 no segundo. O número de alunos matriculados encontra-se registrado na Tabela 41.

O índice geral da retenção do fluxo escolar de 2008 pode ser obtido a partir da aplicação da fórmula de cálculo com base no quantitativo total de reprovação e trancamentos de matrículas por semestre.

Tabela 50 – Acompanhamento histórico do IRFE

Ano	2005	2006	2007	2008	
				1º s	2º s
Índice de retenção do fluxo escolar	11,08%	10,92%	10,3%	11,16%	13,09%

O acompanhamento histórico do IRFE demonstra variação a maior no ano de 2008.

2.4.2.6 Relação Alunos/Docente em Tempo Integral (A/DTI)

Objetivo: quantificar a relação alunos matriculados e docentes em tempo integral.

$$\text{Cálculo: } A/DTI = \frac{\text{alunos_matriculads}}{\text{docentes_em_tempo_integral}} = \frac{5.096}{359} = 14,19$$

Alunos matriculados: corresponde ao total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP / CENSO.

Docente em tempo integral: professor que presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, em regime de trabalho de 40 horas semanais. Docentes em regime de trabalho com menos de 40 horas semanais serão computados proporcionalmente à carga horária (Cada docente com 40h de trabalho conta 1 e com 20h de trabalho como 0,5).

Área Responsável pelo cálculo: Diretoria da Unidade Pelotas

O número de alunos matriculados utilizados no cálculo foi obtido a partir da média do primeiro e do segundo semestre, totalizando 5.096 alunos.

Tabela 51 – Acompanhamento histórico da relação A/DTI

Ano	2005	2006	2007	2008
Relação aluno/docente tempo integral	13,98	14,32	14,67	14,19

O acompanhamento histórico do A/DTI demonstra variação a menor no ano de 2008.

2.4.2.7 Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD)

Objetivo: quantificar o índice de titulação do corpo docente efetivo e substitutos. A titulação do corpo docente é dividida em 5 subgrupos: Pós-Doutor (PD), Doutor (D), Mestre (M), Especializado (E) e Graduado (G).

$$\text{Cálculo: } Tcd = \frac{G*1 + E*2 + M*3 + D*5 + PD*5}{G + E + M + D + PD}$$

$$Tcd = \frac{93*1+157*2+169*3+48*5+0*5}{93+157+169+48+0} = \frac{1.154}{467} = 2,47$$

Área Responsável pelo cálculo: Diretoria de Recursos Humanos

Tabela 52 – Titulação do corpo docente-efetivo e substitutos

UNIDADE	Ens. Médio/Técnico	Graduação	Aperfeiçoamento Mín. de 180h/a	Especialização Mín. de 360h/a	Mestrado	Doutorado	Total
Unidade Pelotas	17	62	04	134	107	38	362
Unidade Charqueadas	-	07	-	05	19	-	31
Unidade Passo Fundo	-	05	-	09	11	03	28
Unidade Sapucaia	-	15	-	09	32	07	63
Subtotal	17	89	04	157	169	48	484
Subtotal (%)	3,51	18,39	0,83	32,44	34,92	9,91	100%

Tabela 53 – Acompanhamento histórico do TCD

Ano	2005	2006	2007	2008
Índice de titulação do corpo docente	2,3	2,29	2,37	2,47

O aumento do índice TCD aponta para o crescimento gradual da titulação do corpo docente da Instituição. Isso é resultando de fato do acréscimo de 33 mestres e 10 doutores em 2008. A manutenção do índice nos anos de 2005 e 2006 não reflete a constante evolução da titulação do corpo docente da instituição. Em 2006, o corpo docente da instituição foi acrescido de seis títulos de mestre e cinco de doutor. Contudo, o acréscimo de servidores referente à implantação da Unidade Charqueadas deu-se quase que exclusivamente com professores graduados, o que fez com que o índice praticamente se mantivesse. Em 2007, isso também ocorreu em relação ao ingresso dos professores da Unidade Passo Fundo, uma vez que mesmo com o acréscimo de 10 mestres e 04 doutores, houve pequeno crescimento do índice de titulação.

2.4.2.8 Gastos Correntes por Aluno (GC/A)

Objetivo: quantificar a relação do total de gastos correntes e os alunos matriculados na IFE.

$$\text{Cálculo: } GC/A = \frac{(\text{total_de_gastos_correntes})}{\text{alunos_matriculados}} = \frac{56.108.806,45}{5.096} = 11.010,36$$

Gastos correntes: todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas, e divide-se pelo número de matrículas do mesmo ano.

Alunos matriculados: corresponde ao total de matrículas no ano, considerando o conceito de matrículas do INEP / CENSO.

Área Responsável pelo cálculo: Diretoria de Administração e de Planejamento

O número de alunos matriculados utilizados no cálculo foi obtido a partir da média dos primeiro e do segundo semestre, totalizando 5.096 alunos. Os valores dos anos anteriores apresentados na Tabela 54 foram recalculados a partir da necessidade de comparação com a forma de cálculo utilizada no presente ano, que considera o número de matrículas a partir da média dos dois semestres letivos.

Tabela 54 – Acompanhamento histórico do GC/A (em R\$)

Ano	2005	2006	2007	2008
Relação gasto corrente/aluno	7.536,84	10.529,62	10.029,93	11.010,36

O acompanhamento histórico do indicador GC/A permite verificar que o valor sofreu alteração a maior em relação a 2007 (+8,91%). Embora tenha aumentado o total de gastos correntes, aumentaram o número de estudantes matriculados.

2.4.2.9 Percentual de Gastos com Pessoal (PGP)

Objetivo: quantificar a relação dos gastos com pessoal e os gastos totais da IFE.

Cálculo:

$$PGP = \frac{(total_de_gastos_com_pessoal) * 100}{gastos_totais} = \frac{(60.129.286,52) * 100}{84.720.571,46} = 70,97\%$$

Gastos com pessoal: gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórias.

Gastos totais: gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Área Responsável pelo cálculo: Diretoria de Administração e de Planejamento

Tabela 55 – Acompanhamento histórico do PGP

Ano	2005	2006	2007	2008
Percentual de gasto com pessoal	74,83%	82,51%	72,69%	70,97%

O acompanhamento histórico do indicador PGP permite verificar que o valor sofreu uma pequena alteração a menor em 2008 (1,72%). Embora o gasto com pessoal tenha aumentado com a implantação da nova carreira docente a partir de julho de 2008, aumentaram também os gastos totais da Instituição, seja relativo aos recursos de custeio visando à manutenção das Unidades já existentes, como aqueles voltados à implantação das Unidades Camaquã e Venâncio Aires – Fase II do Plano de Expansão. Desta forma, entende-se que a diminuição do PGP representa uma situação normal na atual conjuntura de expansão da rede federal de ensino técnico e tecnológico.

2.4.2.10 Percentual de Gastos com Outros Custeios (PGOC)

Objetivo: quantificar a relação dos gastos com outros custeios e os gastos totais da IFE.

Cálculo:

$$PGOC = \frac{(total_de_gastos_com_outros_custeios)*100}{gastos_totais} = \frac{(9.695.684,56)*100}{84.720.571,46} = 11,44\%$$

Gastos com Outros Custeios: Total de gastos com outras despesas correntes menos benefícios (assistência pré-escolar, auxílio transporte e auxílio alimentação).

Gastos totais: gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Área Responsável pelo cálculo: Diretoria de Administração e de Planejamento

Tabela 56 – Acompanhamento histórico do PGOC

Ano	2005	2006	2007	2008
Percentual de gastos com outros custeios	14,41%	11,78%	15,78%	11,44%

A diminuição de 4,35% em relação a 2007 pode ser analisada a partir do aumento substancial dos gastos totais da administração. Isso em virtude, principalmente, do aumento dos gastos com pessoal ativo (implantação da nova carreira dos servidores docentes, em julho de 2008) e das despesas com investimentos para a construção das Unidades da II Fase do Plano de Expansão.

2.4.2.11 Percentual de Gastos com Investimentos (PGI)

Objetivo: quantificar a relação dos gastos com investimentos e os gastos totais.

Cálculo: $PGI = \frac{total_de_gastos_com_investimento_e_inversões_financeiras)*100}{gastos_totais}$

$$PGI = \frac{(13.024.821,95)*100}{84.720.571,46} = 15,37\%$$

Investimentos: despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as relacionadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras.

Inversões financeiras: despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas.

Gastos totais: gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Área Responsável pelo cálculo: Diretoria de Administração e de Planejamento

Tabela 57 – Acompanhamento histórico do PGI

Ano	2005	2006	2007	2008
Percentual de gastos com investimentos	7,49%	2,88%	11,52%	15,37%

O índice do PGI reflete o aumento de recursos de capital previsto no orçamento de 2008, bem como recursos obtidos mediante convênios, dentre os quais se destacam os obtidos junto à Bancada Parlamentar do Estado do Rio Grande do Sul, voltados à aquisição de equipamentos, e os destinados à construção das Unidades Camaquã e Venâncio Aires. Aumentos semelhantes ocorreram em 2005, quando houve a construção das Unidades de Charqueadas e Passo Fundo e em 2007, com os recursos para a implantação da Unidade Bagé e da Escola Técnica Federal de Canoas (que não será mais implantada pelo CEFET-RS, com a conseqüente devolução dos recursos ao MEC em 2008).

2.4.2.12 Levantamento Socioeconômico dos Alunos Matriculados

Apresenta o índice de alunos matriculados classificados de acordo com a renda per capita familiar, com base nos dados apresentados pelas Diretorias de cada Unidade.

2.4.2.12.1 Ensino Médio

Tabela 58 – Índice de renda familiar – Ensino Médio

Renda Familiar	Porcentagem
Até 1 SM	3,9 %
De 01 a 02 SM	11,8 %
De 02 a 03 SM	23,4 %
De 03 a 05 SM	30,1 %
De 05 a 10 SM	21,5 %
De 10 a 20 SM	7,9 %
Acima de 20 SM	1,4 %

2.4.2.12.2 Ensino Técnico

Tabela 59 – Índice de renda familiar – Ensino Técnico

Renda Familiar	Porcentagem
Até 1 SM	7,2 %
De 01 a 02 SM	25,3 %
De 02 a 03 SM	25,9 %
De 03 a 05 SM	26,6 %
De 05 a 10 SM	12,1 %
De 10 a 20 SM	2,2 %
Acima de 20 SM	0,7 %

2.4.2.12.3 Ensino Superior

Tabela 60 – Índice de renda familiar – Ensino Superior

Renda Familiar	Porcentagem
Até 1 SM	4,2 %
De 01 a 02 SM	9,5 %
De 02 a 03 SM	24,7 %
De 03 a 05 SM	37,4 %
De 05 a 10 SM	15,4 %
De 10 a 20 SM	7,7 %
Acima de 20 SM	1,1 %

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Conforme item 3 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Tabela 61 – Reconhecimento de Passivos (Valores lançados na Conta Contábil 2.1.2.1.1.11.00 – por insuficiência de créditos/recursos do Siafi)

UG	Credor		Inscrição (Saldo Inicial)		Movimento Devedor		Movimento Credor		Saldo Final em 31/12
	Denominação	CNPJ/CPF	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	
153020*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total									

Notas:

- UG – Código da Unidade Gestora responsável pelo lançamento.
- Saldo Final em 31/12/n – saldo do final do exercício sob análise.
- O quadro deve ser complementado por uma análise abordando:
 - explicitação dos motivos que levaram à constituição dos respectivos passivos;
 - as providências adotadas para a regularização da situação.

* Não houve ocorrências no período.

4. Restos a pagar de exercícios anteriores (Conforme item 4 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Tabela 62 – Execução de restos a pagar no exercício por ano de inscrição no Siafi

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO - PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	652.425,82	579.213,40	64.262,42	0,00	5.401.049,31	344.390,52	1.945.207,47	89.313,00
2006	517.908,45	943,42	516.965,03	0,00	2.942.332,12	1.062.163,68	1.880.168,44	0,00
2007	72.480,15	0,00	70.969,41	1.510,74	9.056.095,19	3.371.275,98	3.698.436,33	1.986.382,88
2008	201.041,46	-	-	-	14.162.566,49	-	-	-
Total	1443.855,88	580.156,82	652.196,86	1.510,74	31.562.043,11	4.777.830,18	7.523.812,24	2.075.695,88

Nota:

- Em 2005: Restos a pagar bloqueados no valor de R\$ 3.022.138,32.
- Em 2006: Restos a pagar bloqueados no exercício anterior no valor de R\$ 3.022.138,32 pago em 2007.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício (Conforme item 5 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Tabela 63 – Transferências (convênios e outros tipos)

Tipo	Código Siafi/ Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (n° do processo e o do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/ transferido no exercício	Contra-partida	Benef. (Razão social/ CNPJ)	Situação da avença (alacance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N)
Dest.	-	-	Programa PIQDTEC CAPES	Descentralização	83.856,00	83.856,00	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	112915016	Port. 207/2008	II Jornada da Prod. Científica da Educ. Prof e Tecn. da Região Sul	23/05/08	182.570,00	172.751,42	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	112915016	Port. 267/2008	Assistência ao estudante de cursos PROEJA	19/06/08	81.200,00	61.100,00	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	112915022	Port. 92/2008	Recursos para Observatório Nacional do Mundo do Trabalho – 2ª fase	15/04/08	66.600,00	51.979,30	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	112915022	Port. 151/2008	Recursos para Observatório Nacional do Mundo do Trabalho – 2ª fase de expansão	08/04/08	66.600,00	14.400,00	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	112915016	Port. 271/2008	Aquisição de materiais permanentes e de consumo	20/06/08	720.000,00	719.742,88	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	112915023	Port. 315/2008	Formação PROEJA	15/07/08	86.652,28	14.956,01	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Dest.	-	-	Fórum Nacional de Planejamento e Gestão	Descentralização	3.075,12	3.037,74	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Prestado Contas
Port.	112915016	Port. 355/08	Aquisição de equipamentos - NAPNE	19/08/08	5.600,00	5.511,75	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	100915021	Port. 403/2008	Ampliação da Unidade Passo Fundo	19/09/08	1.100.000,00	1.100.000,00	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	100915021	Port. 440/2008	Construção da Unidade Camaquã	02/10/08	2.829.154,49	2.829.154,49	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	100915021	Port. 484/2008	Construção da Unidade Bagé	29/10/08	2.112.214,96	2.112.214,96	-	CEFET 88.288.105/	Em execução

								0001-39	
Port.	100915021	Port. 517/2008	Construção da UNED Venâncio Aires	29/12/08	3.359.580,56	3.359.580,56	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	112915024	Port. 519/2008	Cobertura das quadras poliesportivas	09/12/08	400.000,00	400.000,00	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	112915023	Port. 528/2008	Formação continuada para Docentes	17/12/08	2.693,45	2.623,20	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Proc.	112915408	23400. 006393/ 2008-13	UAB	22/12/08	222.575,56	84.808,56	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	112915016	Port. 556/2008	Aquisição de material de consumo	30/12/08	170.680,00	170.603,52	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Proc.	113150072	23400. 005567/ 2008-21	Mídias na Educação	25/11/08	10.556,82	3.606,82	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Proc.	113150072	23400. 005565/ 2008-31	Mídias na Educação	25/11/08	10.218,00	2.667,90	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Proc.	113150072	23400. 005563/ 2008-42	Mídias na Educação	25/11/08	28.712,56	2.249,36	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Proc.	112915408	23400. 000061/ 2008-25	UAB	22/12/08	215.100,00	215.100,00	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Proc.	112915408	23400. 006986/ 2008-80	UAB	15/01/09	173.200,00	173.200,00	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Proc.	112915408	23400. 006367/ 2008-95	UAB	23/12/08	222.575,56	84.808,56	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	112915023	Port. 525/2008	Treinamento Implantação Dos PI's (Planos Internos de Ação)	29/12/08	4.794,00	4.452,51	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Port.	112915016	Port. 564/2008	Aquisição de Material Permanente Emenda RS	21/01/09	844.000,00	844.000,00	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Em execução
Dest.	100915014	-	POLO III – Porto Alegre	Descentralização	1.828,36	1.357,68	-	CEFET 88.288.105/0001-39	Prestado Contas

6. Previdência complementar patrocinada (Conforme item 6 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Não houve ocorrências no período.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos (Conforme item 7 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Não houve ocorrências no período.

8. Renúncia tributária (Conforme item 8 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Não houve ocorrências no período.

9. Declaração do gestor de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia (Conforme item 9 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Não houve ocorrências no período.

10. Operações de fundos (Conforme item 10 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Não houve ocorrências no período.

11. Despesas com cartão de crédito (Conforme item 11 do conteúdo geral do Anexo II da DN-TCU-93/2008)

Tabela 64 – Cartão de crédito cooperativo: série histórica das despesas (Valores em R\$)

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade (1)	Valor
2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2008	39	18.383,68	58	4.636,07

12. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno (Conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008)

Relatório nº 208546

1) Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (019) Falhas na formalização do Relatório de Gestão 2007.

Recomendação: Recomendamos ao Gestor, ao elaborar o relatório de gestão e o processo de prestação de contas, observarem os normativos do Tribunal de Contas da União pertinentes, tais como a Decisão nº 85/2007 e o Acórdão nº 2.267/2005 - Plenário.

Setor responsável pela implementação: Diretoria da Administração e de Planejamento

Providências adotadas: Os setores responsáveis pela elaboração do Relatório de Gestão foram orientados a observarem as normativas pertinentes.

2) Item do Relatório de Auditoria: 1.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (010) Pagamento de despesas de caráter previsível por meio de suprimento de fundos.

Recomendação:

Recomendamos aos Gestores utilizar o instrumento suprimento de fundos exclusivamente na execução de despesas eventuais e que não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, qual seja, a licitação ou a dispensa desta, em cumprimento ao disposto no art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23/12/1986.

Setor responsável pela implementação: Diretoria da Administração e de Planejamento

Providências adotadas

O suprimento de fundos somente será utilizado em despesas eventuais cumprindo o disposto na legislação aplicável ao caso, sendo que foi implementado o sistema de cartão corporativo.

3) Item do Relatório de Auditoria: 1.1.5.1 - CONSTATAÇÃO: (008) Descumprimento do prazo definido pelo TCU para envio de atos ao controle interno.

Recomendação: Recomendamos ao Gestor promover o treinamento e a habilitação de servidores no processamento dos atos de admissão, de concessão de aposentadoria e de pensão no SISAC, de modo que, em casos fortuitos, tais como a situação em comento, o envio no prazo determinado na IN TCU nº 44/2002 e alterações posteriores não seja prejudicado.

Setor responsável pela implementação: Diretoria de Recursos Humanos

Providências adotadas: Com a liberação de algumas vagas para Instituição, foram lotados mais servidores no Departamento de Recursos Humanos, afim de atender a demanda de serviços daquele setor, sendo que atualmente estão sendo cumpridos todos os prazos legais.

4) Item do Relatório de Auditoria: 1.1.6.1 - CONSTATAÇÃO: (007) Alteração indevida de regime de trabalho de professores de 1º e 2º grau, o que gerou prejuízo ao Erário.

Recomendação:

Recomendamos ao Gestor:

- promover o retorno aos cofres públicos dos valores pagos indevidamente, por falta de amparo legal;
- fazer constar em seus editais de seleção o regime de trabalho ao qual de fato os futuros servidores estarão submetidos;
- fazer constar em seus editais de seleção a possibilidade de alteração de regime de trabalho, caso for, em conformidade com o regulamento editado pelo Conselho Superior da Instituição Federal de Ensino (artigo 10 da Portaria MEC nº 475/87); e
- abster-se de efetuar alteração de regime de trabalho nos casos em que não houver amparo legal.

Setor responsável pela implementação: Diretoria de Recursos Humanos

Providências adotadas: Conforme exposto ao órgão de controle interno, entendemos que todos os atos praticados estão respaldados por Portaria Ministerial e por Decreto Presidencial, isto é, não carecem de amparo legal. Quanto ao recomendado, não há que se falar em retorno de valores aos cofres públicos, haja vista a legalidade foi demonstrada. Quanto a constar o regime de trabalho nos editais de concurso, já vem sendo feito. Quanto a fazer constar a possibilidade de alteração de regime de trabalho nos Editais, a mesma foi acatada.

5) Item do Relatório de Auditoria:1.1.6.2 2 - CONSTATAÇÃO: (009) Pagamentos irregulares a título de Gratificação de Incentivo à Docência (GID).

Recomendação:

Recomendamos ao Gestor:

- promover o retorno aos cofres públicos dos valores pagos indevidamente, por meio de despesas de exercícios anteriores, por falta de amparo legal;
- ao efetuar despesas de tal vulto e caráter controverso, recorra à assessoria jurídica da Advocacia-Geral da União, posto que a ela foram atribuídas, por lei complementar, as competências de consultoria e assessoramento jurídicos;
- abster-se de reconhecer despesas de exercícios anteriores de tal natureza, por falta de amparo legal.

Setor responsável pela implementação: Diretoria de Recursos Humanos

Providências adotadas: Conforme exposto ao órgão de controle interno, entendemos que a Gratificação de Incentivo à Docência foi instituída a partir de 1.º de janeiro de 2000 pela Medida Provisória n.º 2.020, publicada no D.O.U de 27-03-2000. Após republicações mensais, foi transformada na Lei n.º 10.187, publicada in D.O.U de 14-02-2001, sofrendo alterações em alguns dispositivos com a edição da Lei n.º 10.405, in D.O.U de 10-01-2002. A Lei n.º 10.187/01, dispõe no art. 1.º que fica instituída, a partir de 1.º de janeiro de 2000, a Gratificação de Incentivo à Docência, devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Professor de 1.º e 2.º Graus nas instituições federais de ensino relacionadas no Anexo I. O texto legal aponta a data de 1.º de janeiro de 2000, como sendo o marco inicial para concessão da Gratificação de Incentivo à Docência- GID, sendo que o art. 1.º, § 2.º, do mesmo dispositivo legal, alterado pela Lei n.º 10.405/02, indica que a pontuação a ser atribuída a cada professor obedecerá a regulamento a ser estabelecido em cada instituição. Desta forma, ficou evidenciado, desde a sua instituição, que a GID carecia de regulamento, a ser elaborado pelas instituições abrangidas, ou seja, aquelas instituições de ensino que possuem ocupantes efetivos do cargo de Professor de 1.º e 2.º Graus. Mas, a falta de

regulamento não foi fator impeditivo da percepção da GID. O art. 3.º da Lei n.º 10.187/01, estabeleceu o seguinte: Art. 3.º. "Até a vigência dos regulamentos de que trata o § 2.º do art. 1.º, a gratificação será calculada com base na pontuação correspondente a sessenta por cento do limite fixado no § 1.º daquele artigo". O art. 6.º da Lei n.º 10.405/02, incluiu o art. 1.º da Lei n.º 10.187/01, contemplando o que já vinha sido editado anteriormente pelas Medidas Provisórias, qual seja, a obrigatoriedade da pontuação a ser atribuída a cada professor, através do respectivo regulamento, conter a carga horária semanal, a avaliação quantitativa das atividades de ensino, mantendo-se os critérios qualitativos para a participação dos docentes em programas e projetos de interesse institucional. O regulamento citado nas Medidas Provisórias e na Lei é editado, através do Decreto n.º 3.932/01, posteriormente revogado pelo Decreto n.º 4.432/02. Através desses decretos, o Poder Executivo estabeleceu os requisitos básicos à elaboração do regulamento próprio de cada Instituição. Em consequência, foi elaborado o Regulamento de Avaliação Docente para fins da concessão da Gratificação de Incentivo à Docência do CEFET-RS, devidamente apreciado pelo Ministério da Educação, e, após as correções pertinentes, culminou com a publicação da Portaria n.º 173/03, in D.O. U. de 01-04-2003. Face ao estudo dos dispositivos pertinentes sobre o assunto, o entendimento esposado foi o seguinte: "Se no período de 1.º de janeiro de 2000 a 1.º de janeiro de 2002 havia comprovação documental, individual, de que os docentes foram de alguma forma avaliados, desde a instituição da referida Gratificação, ou seja, de que cumpriram, à época, os requisitos indispensáveis, na forma da lei, estavam aptos pois, à percepção da vantagem, calculada até o limite máximo de oitenta pontos por servidor (integralidade)."Esse entendimento foi externado através do Parecer n.º 032/2005, de 10/05/2005, da Coordenação de Legislação e Normas/Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos; sendo, posteriormente, submetido à Consideração Superior, que entendeu por bem e de direito o pagamento da diferença requerida pelos professores do CEFET-RS. Vislumbramos que amparo legal ao pagamento efetuado há, posto que desde a edição da Medida Provisória originária (M.P. 2.020/2000), o marco inicial para o pagamento da GID é 1.º de janeiro de 2000.

6) Item do Relatório de Auditoria: 1.1.7.1 CONSTATAÇÃO: (016) Caracterização incorreta de situação emergencial na contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia, implicando fuga ao processo licitatório.

Recomendação: Recomendamos aos Gestores efetuar o adequado e oportuno planejamento de suas contratações de serviços necessários à manutenção da entidade, de forma a realizar o pertinente procedimento licitatório, inibindo o enquadramento indevido de contratações por dispensa de licitação com amparo no art. 24, inciso IV da Lei n.º 8.666/93, que prevê a dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade.

Setor responsável pela implementação: Diretoria Administração e de Planejamento

Providências adotadas: Atualmente a Instituição encontra-se com todas as contratações de telefonia em consonância com os procedimentos licitatórios exigidos.

7) Item do Relatório de Auditoria: 1.2.1.1 - Constatação: (017) - Aditamento contratual com acréscimo superior a 25% do valor inicial do contrato.

Recomendação: Recomendamos aos Gestores não efetuar aditamentos de contratos em valores superiores aos limites impostos no §1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

Setor responsável pela implementação: Diretoria Administração e de Planejamento

Providências adotadas: Esta determinação sempre foi cumprida nesta Instituição, o que ocorreu foi um caso isolado, o qual foi plenamente justificado ao órgão de Controle Interno, inclusive com o envio de cópia de toda documentação referente ao processo.

8) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1 - Constatação: (015) Ausência de pesquisa de preços referentes ao Processo de Licitação nº 198/2007.

Recomendação: Fazer constar em seus próximos processos de aquisições a comprovação da realização de pesquisa de preços, caracterizando assim sua efetivação e justificando a contratação efetuada, em observância ao disposto no inc.III do art.26 da Lei 8.666/93 e ao Acórdão TCU nº828/2004 – 2ª Câmara.

Setor responsável pela implementação: Diretoria Administração e de Planejamento

Providências adotadas: Foi orientado aos servidores do setor para que nos processos licitatórios fossem juntadas as pesquisas de preços conforme recomendado.

9) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (011) Objeto genérico no Convênio firmado entre o CEFET e a fundação de apoio FUNCEFET.

Recomendação: Recomendamos ao Gestor firmar um único ajuste por objeto, em cumprimento ao disposto no inc. I, art. 7º da IN STN nº 01/97 e na jurisprudência do TCU a respeito da relação IFE / fundação de apoio (Acórdão nº 1.516/2005 - Plenário, por exemplo), bem como abster-se de efetuar termos aditivos ao convênio firmado entre o CEFET/RS e a FUNCEFET em 02/01/2002.

Setor responsável pela implementação: Direção Geral

Providências adotadas: Não serão firmados novos termos aditivos com base no convênio firmado entre o CEFET/RS e a FUNCEFET em 02/01/2002, bem como será firmado um ajuste por objeto. Estas providências serão implementadas doravante em todos os ajustes firmados por esta IFE.

10) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (012) Contratação indevida de fundação de apoio por meio de dispensa de licitação baseada no inc. XIII, art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Recomendação:

Recomendamos ao Gestor:

- rescindir os contratos firmados com a FUNCEFET para a execução de atividades administrativas de competência exclusiva da IFE, em cumprimento à legislação pertinente à relação IFE / fundações de apoio (Lei nº 8.958/94 e Decreto nº 5.205/04), e jurisprudência do TCU;
- não contratar fundações de apoio por meio de dispensa de licitação para a execução de atividades administrativas e de competência exclusiva da Entidade, em cumprimento à legislação supracitada.

Setor responsável pela implementação: Diretoria Administração e de Planejamento

Providências adotadas: Não serão contratadas fundações de apoio por meio de dispensa de licitação para a execução de atividades administrativas e de competência exclusiva da Entidade. Estas providências serão implementadas doravante em todos os ajustes firmados por esta IFE.

11) Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.3 CONSTATAÇÃO: (013) Não exigência de prestação de contas em ajuste firmado com fundação de apoio.

Recomendação: Recomendamos ao Gestor a inclusão de cláusula nos ajustes relativa à exigência de prestação de contas, em cumprimento ao disposto no inc. VIII, art. 7º, e art. 28 da IN STN nº 01/97 e na jurisprudência do TCU acerca da relação IFES/fundações de apoio (Decisão TCU nº 1.140/2002 - Plenário, por exemplo). Ainda, tal prestação de contas deve ser composta das seguintes peças, consoante a IN STN nº 01/97 e a jurisprudência do TCU: Plano de Aplicação dos Recursos, Relatório de Execução Físico-financeira, Demonstrativo de Receitas e Despesas, Relação de Pagamentos, Relação de Bens Adquiridos, Produzidos ou Construídos, cópia do Termo de Aceitação Definitiva da obra, se for o caso, e Extrato da Conta Bancária com a respectiva Conciliação Plano de Trabalho.

Setor responsável pela implementação: Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias

Providências adotadas: Serão incluídas cláusulas de prestação de contas em todos os acordos firmados com a FUNCEFET, com observância à IN 01/97. Estas providências serão implementadas doravante em todos os ajustes firmados por esta IFE.

13. Determinações e recomendações do TCU (Conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008)

Não houve ocorrências no período.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (Conforme item 14 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008)

Tabela 65 – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC Quantidade
Admissão	167	167
Desligamento	83	83
Aposentadoria	13	13
Pensão	01	01

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado (Conforme item 15 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Não houve ocorrências no período.

16. Informações sobre a composição de recursos humanos

Nas Tabelas 66 a 72, a coluna Quantidade (Qtde) refere-se à posição em 31 de dezembro, enquanto a coluna Despesa informa o valor total ocorrido no exercício, em Reais.

Tabela 66 – Quantitativo e despesa com servidores e funcionários contratados

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	585	24.147.615,22	612	26.613.915,50	673	32.963.548,10
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio	585	24.147.615,22	612	26.613.915,50	673	32.963.548,10

Tabela 67 – Quantitativo e despesa com ocupantes de funções de confiança, sem vínculo

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	-	-	-	-	-	-

Tabela 68 – Quantitativo e despesa com contratações temporárias

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	94	1.559.294,50	96	1.687.415,07	114	2.401.851,15

Tabela 69 – Quantitativo e despesa com pessoal terceirizado e estagiários

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	97	1.661.673,67	106	1.956.615,96	106	2.067.243,24
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	50	490.151,26	57	782.535,00	57	928.830,76
Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	02	5.724,44
Estagiários	-	-	-	-	-	-

Total Pessoal (Terceirizados + Estagiários)		2.151.824,93		2.739.150,96		3.001.798,44
--	--	--------------	--	--------------	--	--------------

Tabela 70 – Quantitativo e despesa com pessoal requisitado em exercício na Unidade

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-

Tabela 71 – Quantitativo e despesa com pessoal cedido

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	05	117.239,12	05	124.925,48	05	153.912,84
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	-	-	01	26.293,96	01	31.347,70
Total Pessoal cedido pela Unidade	05	117.239,12	06	151.219,44	06	185.260,54

Tabela 72 – Quantitativo e despesa com pessoal envolvido em ações finalísticas e de suporte

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade (DOCENTES)	370	21.142.626,80
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade (ADMINISTRATIVOS)	303	11.820.921,30
Total Geral	673	32.963.548,10

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não houve ocorrências no período.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (Conforme item B do Anexo II da DN-TCU-93/2008)

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Relatórios de correção

1.

Número do processo:	23053.000702/2008-39		
Tipo de processo:	S indicância Investigativa	x Sindicância Acusatória	
	S indicância Patrimonial	Pro cesso Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	x Portaria	Ordem de Serviço	O utros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: Portaria nº 578/2008		Data: 11/06/2008
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Discussão entre servidores por tratamento desrespeitoso.		
Situação do processo:	I nstrução	Indi ciamento/Defesa	Rela tório
	P rocesso encaminhado para julgamento em ____/____/____		x Processo Julgado
Julgamento:	A bsolvição	A pen ação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	P enalidade Prescrita		x Arquivamento
Pena aplicada:	Nenhuma		
Remessa dos autos:	M PF	x AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	V alor do dano causado ou estimado (R\$):		

2.

Número do processo:	23053000985/2008-19		
Tipo de processo:	S indicância Investigativa	x Sindicância Acusatória	
	S indicância Patrimonial	Pro cesso Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	x Portaria	Ordem de Serviço	O utros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: Portaria nº 579/2008		Data: 11/06/2008
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Tratamento desrespeitoso para com colegas e chefia e conduta inadequada do servidor.		
Situação do processo:	I nstrução	Indi ciamento/Defesa	Re latório
	P rocesso encaminhado para julgamento em ____/____/____		x Processo Julgado
Julgamento:	A bsolvição	X Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	P enalidade Prescrita		Arq uivamento
Pena aplicada:	Advertência		
Remessa dos autos:	M PF	x AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	V alor do dano causado ou estimado (R\$):		

3.

Número do processo:	23053.000335/2008-73		
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/> Sindicância Investigativa		S indicância Acusatória
	S indicância Patrimonial		P rocesso Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/> Portaria	Ordem de Serviço	O utros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: Portaria n° 220/2008		Data: 10/03/2008
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Conduta inadequada no ambiente de trabalho.		
Situação do processo:	<input type="checkbox"/> Instrução	<input type="checkbox"/> Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	P rocesso encaminhado para julgamento em ____/____/____		<input checked="" type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/> Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/> Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/> Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:	Suspensão e Multa		
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/> MPF		<input checked="" type="checkbox"/> AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Declaração do contador responsável

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Pelotas, 31 de dezembro de 2008.



Christine Moreira Morales – CRC/RS 58.544
Contadora Responsável pelo CEFET-RS

Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa

Não houve ocorrências no período.

Pelotas, 31 dezembro de 2008.

Antônio Carlos Barum Brod
Diretor Geral do CEFET-RS